

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

ATA Nº 009

PRESIDENTE – DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia!

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Zé Domingos Fraga e Deputado Eduardo Botelho, com o objetivo de debater a concessão de incentivos fiscais nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Para compor a mesa, de antemão, não só convido como agradeço a presença do Deputado Wagner Ramos, membro titular da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentaria.

Quero justificar um pouco o atraso da nossa Audiência Pública, até porque um dos autores do Requerimento, Deputado Eduardo Botelho, Presidente desta Casa, gostaria de fazer abertura, mas se encontra numa reunião de trabalho junto aos Secretários da Assembleia Legislativa, discutindo os problemas internos. Com certeza, logo estará aqui neste Auditório.

Convido, para compor a mesa, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, suplente de Deputado, Sr. Carlos Avalone, que está dando entrevista, mas logo tomará assento à mesa; o Sr. Francisco Antônio de Almeida, Presidente do Porto Seco; o Sr. João José de Barros, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais; o Sr. Edmundo Cesar Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso-SINPAIG; o Sr. Cezarino Martins da Hora, Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização-SIPROTAF; a Sr^a Margareth Buzetti, Presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá; o Sr. Mauricio Munhoz, Assessor e Consultor da Deputada Janaina Riva, que, com certeza, vai nos ajudar a enriquecer este debate.

Quero registrar a presença do Superintendente do Programa de Incentivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sr. Leandro Reis; do Sr. Leopoldo Rodrigues Mendonça, Secretário Adjunto de Empreendimento e Investimento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; da Sr^a Rosângela Saldanha, Assessora e Consultora da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; do Sr. Luiz Henrique Daldegan, Chefe de Gabinete do CREA, neste ato representando o Presidente João Valente - convido-o para compor a mesa conosco, Luiz Henrique.

Convido também para compor a mesa conosco o Auditor Vitor Pinho, neste ato representando o Sr. João Batista Camargo, Conselheiro substituto do Tribunal de Contas.

Eu tenho certeza que os senhores vão nos ajudar a fazer esta Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Registro a presença de João Carlos Sanches, Vice-Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT; do Sr. Thiago Rocha, Gerente de Política Agrícola, neste ato representando o Sr. Antônio Galvan.

Sinta-se, Thiago, como se estivesse aqui na bancada e quero que realmente o senhor participe ativamente.

Registro a presença de Jennifer Martins da Silva Alencar, Analista de Desenvolvimento, neste ato representando o Superintendente Odair Mazutti, Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB - sinta-se, também, como se fizesse parte desta bancada; do Assessor Parlamentar do CREA.

Gostaria de agradecer a presença dos técnicos da CETEC.

Sejam todos bem-vindos a Casa Cidadã!

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia Legislativa* e, também, pela *Rádio Assembleia*.

Antes de passar a palavra ao ex-Deputado e Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico para que falar sobre os incentivos fiscais de 2015, 2016 e 2017, quero ouvir o Deputado Wagner Ramos... (PAUSA)... O Deputado Wagner Ramos vai usar da palavra mais a frente.

Eu não poderia deixar de agradecer, Secretário, a sua presença, a sua disposição para tratar de um assunto extremamente interessante para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Mato Grosso e ao mesmo tempo um assunto bastante debatido pelos Srs. Deputados, pena que aqueles que levantam determinadas questões, não só da forma pela qual esses incentivos fiscais são concedidos, da mesma forma tem questionado o montante dos incentivos fiscais concedidos nos últimos tempos, mas sem sequer se preocupar até mesmo com a forma, com a nova metodologia hoje de você contabilizar esses incentivos fiscais.

Em que pese, tenho certeza que Vossa Excelência está procurando de uma forma muito correta não só de prorrogar os incentivos fiscais e também até de conceder prova ou número de empresários que perderam os incentivos fiscais por não cumprir com a sua função, principalmente a sua função social de geração de emprego e alguns outros componentes que ali foram estabelecidos até mesmo por mim, como legislador, além disso, outros não se fizeram jus por merecer esses incentivos fiscais.

Quero agradecer a presença do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e logo em seguida passo a palavra para que o mesmo possa conduzir esta Audiência Pública, até porque, além de Presidente, também é autor da propositura.

Então, é de extrema valia a sua presença neste momento, até porque os incentivos fiscais, o Programa PRODEIC, tem dentro da sua coluna dorsal, que é uma ferramenta importante para alavancar o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, tem como premissa modernizarmos os nossos parques industriais e ao mesmo tempo diminuir as diferenças sociais e regionais que existem no Estado de Mato Grosso.

Nós temos percebido, Secretário Carlos Avalone... Se não me falhe a memória, no art. 1º da Lei do PRODEIC traz essa questão que é extremamente relevante. Mas tenho percebido e tenho sido uma pessoa que tem combatido muito, por ocasião da elaboração da LOA, por ocasião da elaboração da própria Lei de Diretrizes Orçamentária, a forma como vem a distribuição do montante dos incentivos fiscais para o exercício seguinte.

Temos percebido que as regiões mais desenvolvidas do Estado de Mato Grosso têm maior disponibilidade de dotação orçamentária para os incentivos fiscais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Eu sei, até porque nessas áreas, nessas regiões mais desenvolvidas, são regiões onde o agronegócio prospera e têm um número maior de tomadores.

Em que pese essas minhas interferências nas LDOs, minhas interferências nas LOAs não terem prosperado, por fim, até que enfim, consegui amarrar na Lei de Teto dos Gastos um diferencial, que infelizmente não está sendo bem entendido, bem compreendido, um diferencial estabelecendo que 75% do ICMS e dos incentivos fiscais o Governo faz o que quer, mas que 25% teriam que ir para as regiões de economia deprimida, economia estagnada, até mesmo para regiões que têm Índice de Desenvolvimento Humano baixo.

Estou, inclusive, Secretário, Deputados Eduardo Botelho e Wagner Ramos, com um Projeto de Lei que quero passar às mãos do próprio Secretário, hoje me esqueci de trazer, que regulamenta, Deputado Eduardo Botelho, essa questão que está nas Disposições Transitórias, que regulamenta o que quer dizer economia deprimida, economia exaurida, o que quer dizer baixo IDH e como o Município poderia, por meio da diretoria da Associação Mato-grossense dos Municípios, que tem legitimidade para representar todos os municípios mato-grossenses e poderia estar participando dessa discussão.

Então, já estou com esse Projeto de Lei pronto, e gostaria de discutir na Casa com Vossa Excelência, Secretário, para ver o que podemos fazer para facilitar para que 100% do ICMS possa realmente ser disponibilizado para encurtar essas diferenças regionais, que está previsto no art. 1º da Lei de Incentivos Fiscais.

Quero agradecer a presença de todos e, ao mesmo tempo, passo a palavra ao nosso Presidente, que além de Presidente, como eu disse anteriormente, é autor do requerimento de convocação do Secretário Carlos Avalone, e justifiquei o seu atraso e o atraso do início da nossa Audiência Pública, em função do compromisso que Vossa Excelência tinha assumido anteriormente, problemas de gestão da própria Assembleia Legislativa, que é extremamente importante para que o mesmo possa se consolidar como um Presidente diferenciado.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Muito obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga.

Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Zé Domingos Fraga, que é nosso companheiro, parceiro nesta Audiência Pública.

Cumprimento o Deputado e amigo Wagner Ramos, sempre atuante, um Deputado muito atuante, está sempre firme, presente nas sessões e nas comissões e quero de antemão parabenizar o Deputado Wagner Ramos por sua atuação dentro da Assembleia Legislativa.

Cumprimento o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Carlos Avalone; o Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais, João José de Barros; o Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo-SINPAIG, Edmundo César Leite; o Presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá, Margareth Gettert Buzetti; Maurício Munhoz, Assessor, neste ato representado a Deputada Janaina Riva; Cezarino Martins da Hora, Vice-Presidente do Sindicato dos Profissionais de Tributação-SIPROTAF; Luís Henrique Daldegan, Chefe de Gabinete do CREA, neste ato representando o Presidente João Valente; Thiago Rocha, Gerente da Política Agrícola, representando Antônio Galvan, Presidente da APROSOJA.

Quero pedir desculpa aqui por dois motivos: um por ter atrasado e outro porque eu vou fazer um pronunciamento e vou ter que sair.

Infelizmente o Presidente têm muitas funções administrativas, temos que fazer a função parlamentar e administrativa e temos uma reunião marcada agora com o Secretário para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

correr atrás de recurso, dinheiro - isso é o que mais fazemos aqui dentro. Então vou fazer uma fala e vou ter que sair, mas vou acompanhar tudo pela *TV Assembleia*. A reunião será aqui mesmo e vou ficar acompanhando esta Audiência Pública pela *TV Assembleia*.

Cumprimento aqui o Secretário, que deverá deixar a Secretaria nos próximos dias para enfrentar as eleições a Deputado Estadual e, quiçá, nos próximos anos Vossa Excelência esteja aqui como Deputado Estadual.

O SR. CARLOS AVALONE (FALA FORA DO MICROFONE) – Se Deus quiser e se o povo deixar.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Isso! Se Deus quiser e se o povo deixar...

Quero começar a minha fala deixando claro, sublinhado e destacado que sou totalmente favorável aos incentivos fiscais. No entanto, também quero deixar sublinhado, destacado e claro as minhas preocupações.

Como todos nós aqui sabemos, os incentivos fiscais fazem parte do conjunto de políticas econômicas que visam facilitar o aporte de capitais em uma determinada área, através da cobrança de menos impostos ou de sua não cobrança, visando o aquecimento da economia da região, principalmente com capitais exógenos, capitais de fora.

No Estado de Mato Grosso conhecemos efeitos positivos dos incentivos fiscais quando ele é bem feito. O maior exemplo é o PROALMAT, Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso, que fez o Estado de Mato Grosso sair praticamente do zero na produção de algodão para o maior produtor absoluto de algodão do Brasil em um curto espaço de tempo.

Sem os incentivos isso não seria possível.

Também sabemos que empreender no Brasil não é uma tarefa nada fácil, instalar uma empresa fazê-la crescer e desenvolver uma atividade produtiva exige muita persistência e otimismo.

Contudo, para minimizar o impacto da pesada carga tributária sobre as empresas ou produção, é legítimo que o governo, por meio de políticas públicas de desenvolvimento da economia, ofereça alguns incentivos fiscais, mas não posso deixar de falar que os incentivos não poderão ser prejuízos para o Estado, nem poderá ser à custa do sacrifício daqueles que não tem acesso direto ao benefício. Aliás, os incentivos fiscais só fazem sentido quando são bons para todos, quando beneficia a maior quantidade de pessoas possíveis, principalmente quando o investimento na beneficiada faz com que ela proporcione mais empregos, renda, movimenta a economia local e cria condições de trabalho para novas empresas.

Enfim, por tudo isso é importante sabermos onde, municípios e regiões, o Estado atuará com as políticas de incentivos fiscais, quais as formas de concessões desses incentivos e para quem vai.

Não podemos nos esquecer também do médio, do pequeno e do microempresário.

A meu ver, é papel do Estado fomentar a economia sim e desta forma levar melhorias financeiras para todos os locais, mas, principalmente para regiões de economia exaurida, sabendo que o Estado é mais eficiente quando faz parcerias e usa a iniciativa privada na execução. Neste caso, a beneficiada será colaboradora direta no desenvolvimento da localidade que ela esta sediada.

Por isso é dever do Estado conceder tais benefícios para permitir que as organizações, por meio da economia com tributos, se renovem ou realizem novos investimentos. Assim, torna-se oportunidade de crescimento para negócios e, por meio deste

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

mecanismo, possam garantir mais recursos também para as regiões, principalmente aquelas que hoje apresentam maiores dificuldades de subsistência.

Na prática, quero dizer que à medida que o governo vai abrindo mão de uma parte dos impostos que receberia das empresas, estas em contrapartida, podem propiciar também desenvolvimento econômico, social, visível em seu entorno.

Para fechar minha fala e estimular o debate aqui hoje, quero reafirmar que a política de incentivos fiscais é importante instrumento e, por isso, devemos tratar com zelo e atenção. Que nosso debate aqui hoje traga luz, esclarecimento e resultados práticos para nossa gente.

Encerrando, quero dizer que sou a favor, Carlos Avalone, dos incentivos, mas precisamos estudar, precisamos verificar as regiões que realmente precisam desses investimentos. Por exemplo, eu defendo construir uma indústria de tecelagem na Baixada Cuiabana, uma vez que temos mão de obra formidável, temos pessoas para todo lado.

Temos pessoas em Acorizal, Jangada, Livramento e Santo Antônio. Por que não trazer uma indústria para cá? Porque levarmos todo nosso material, todo algodão daqui? Sendo que nós temos um mercado para o Norte, temos Rondônia, Bolívia, Amazonas, Roraima; toda essa região que pode comprar o nosso produto.

Por que não construir aqui, Deputado Zé Domingos Fraga? É para isso que eu chamo a atenção. Por que sair daqui para ir a Santa Catarina e depois voltar para cá? Então, temos que começar a pensar e trabalhar nisso.

Ademais, eu encerro e agradeço a todos; agradeço o Secretário por estar aqui conosco e todos que se interessam pelo assunto. O assunto é muito importante para o desenvolvimento do Estado, sobretudo para as regiões mais pobres que tem Índice de Desenvolvimento Humano – IDH baixo, como o Deputado Zé Domingos Fraga falou, e carece do apoio do Governo para o seu desenvolvimento e seu crescimento. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sr. Presidente, pela sua presença, pela sua participação e pela coautoria na formulação deste Requerimento.

Agradecendo a presença do Presidente. Entendemos o motivo da sua ausência.

Gostaria de registrar a presença de Rosimeire Bastiani da Costa Leite, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuário e Florestal do Estado de Mato Grosso; e de Orlando Francisco, Secretário de Finanças do Sindicado dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – SINTEP.

Quero registrar e convidar para compor a Mesa, ao lado do Deputado Wagner Ramos, o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, Neurilan Fraga, que é um dos que vem debatendo e discutido também, de forma consistente, a questão das concessões dos incentivos fiscais e o seu alcance no encurtamento das diferenças regionais que existem no Estado de Mato Grosso.

Eu quero antes de passar a palavra ao nosso Secretário, dizer aos interessados que participam desta Audiência Pública, que quiserem interpelar o Secretário, poderão fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, somente com perguntas diretas sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

O interpelado terá no máximo três minutos para a sua resposta. Então, a pergunta terá que ser breve também. Com a palavra, Carlos Avalone, para que possa usar da palavra como bem queira. Fique totalmente à vontade para que Vossa Excelência possa nos dar uma aula em relação aos incentivos fiscais e discorrer sobre 2015, 2016 e 2017. Obrigado!

O SR. CARLOS AVALONE – Se for permitido farei da tribuna. Bom dia a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Deputados Zé Domingos e Wagner Ramos, é um prazer imenso poder estar aqui de novo na Assembleia Legislativa, tratando de um assunto tão importante para Mato Grosso que são os incentivos fiscais, quero reconhecer o trabalho que é feito pelo Deputado Zé Domingos Fraga nas frentes das Comissões que ele já participou, foi Presidente. Tive a honra de participar com ele da Comissão de Acompanhamento do Gasto Público, da Comissão de Constituição Justiça e Redação e, sem dúvidas, o Deputado Zé Domingos Fraga é um dos Deputados mais estudiosos sobre o assunto de incentivos fiscais que nós temos na Assembleia Legislativa e aqui é uma referência.

Quero destacar também o Deputado Wagner Ramos, fomos colegas em vários momentos, fomos até Paraná atrás de alcoolduto, fizemos um belíssimo trabalho nesse sentido e quero cumprimentá-lo. O nosso Presidente da AMM - Neurilan Fraga, parabéns pela atuação! Quero cumprimentar a todos os sindicalistas do fórum sindical na pessoa do Edmundo, que já foi um grande zagueiro no futebol de salão, embora possa não parecer, ele não deixava eu fazer muito gol, na época do DOP, em que fomos colegas juntos.

Quero cumprimentar também os empresários aqui na pessoa da nossa Presidente AEDIC, a Sr^a Margareth e do Chico Paiaguás lá do Porto Seco, cumprimentar a todos os presentes, em nome desses.

E quero dizer, primeiramente, que estamos aqui hoje e eu fiz o pedido ao Deputado Eduardo Botelho, para que pudéssemos fazer esta Audiência Pública, porque na realidade é uma missão e um dever. A lei que institui o PRODEIC determina que precisamos fazer uma prestação de contas dos incentivos fiscais a cada biênio.

E nós estamos cumprindo essa determinação, fazendo essa apresentação de 2015 a 2017. Então, não estamos aqui só para dar transparência por motivo único, pessoal, mas também por uma decisão legal, estamos aqui cumprindo isso.

Quero apresentar a professora Rosangela Saldanha, que está aqui a minha frente de verde, ela é uma consultora e assessora da nossa Secretaria, e quero destacar a presença dos companheiros da Secretaria, Leopoldo, Terezinha, Leandro, Juarez, Nasser todos aqui presentes.

Começando: eu estou apresentando aqui o relatório de incentivos fiscais desses três anos, algumas coisas estão colocadas e precisam ser desmitificadas sobre os incentivos fiscais. Hoje a sociedade, de um modo geral, incluindo a sociedade como um todo, tem uma visão equivocada dos incentivos fiscais, causadas, logicamente, não por acaso, mas por tudo que vem acontecendo e que aconteceu até o início de 2015, quando os incentivos fiscais acabaram sendo judicializados, criminalizados, pessoas foram presas, empresas foram acionadas. E isso tudo causou uma distorção. A impressão que a sociedade teve é de que incentivo fiscal é você tirar dinheiro da educação, retirar dinheiro da saúde para colocar no bolso do empresário. Então, nós vamos desmitificar isso aqui ou vamos tentar fazê-lo.

Primeiro, algumas teses importantes que nós temos que deixar claro para todos, primeiro, o Governo Pedro Taques não aumentou os incentivos fiscais, o Governo Pedro Taques saneou os incentivos fiscais. Incentivos fiscais geram empregos e renda, incentivos fiscais aumentaram a arrecadação do ICMS.

(O PALESTRANTE DEMONSTRA OS DADOS PELO *DATASHOW*.)

O SR. CARLOS AVALONE – Essas quatro teses aqui desmitificam tudo isso, tudo isso que eu acabei de falar, que é a percepção da sociedade.

Então aqui nesta apresentação, hoje, nós vamos provar isso, não com fala, mas demonstrando o que foi feito neste período de 2015 para cá, ok!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Incentivos fiscais em Mato Grosso, considerações metodológicas acerca da base de dados; renúncia total, demonstrativos de renúncia tributária constantes da LDO, ajustada com valores do PRODEIC, informado em registro administrativo da SEFAZ - QRF, que é o Quadro de Renúncia Fiscal.

PRODEIC, SEFAZ/QRF, Portaria 059 fornece informações sobre ICMS incentivado, ICMS normal ou ICMS recolhido, recolhimento a fundos. Discrimina valores do ICMS incentivado – renovações, início de fruição integral, inclusão de novos produtos – por ano de fruição e concessão do incentivo, por valor acumulado desde a concessão até o ano em questão.

Mudança metodológica de apuração dos incentivos fiscais, aqui, gente, o grande problema que realmente é difícil a sociedade entender é como numa LDO aparece, em 2014, dois bilhões; e depois, em 2017/2018, três bilhões e seiscientos. Isso aconteceu porque houve uma mudança metodológica de apuração dos incentivos fiscais, determinado pelo Tribunal de Contas e cumprido pela CGE e pela Secretaria de Fazenda, e nós vamos demonstrar aqui.

Pode passar.

Vamos começar a falar de números, e começar a desmistificar os números colocados.

Renúncia Fiscal em Mato Grosso. De 2007 a 2017, ali vocês veem o quanto eram os incentivos fiscais colocados na LDO em todos esses anos.

E você compara, em 2014: 02 bilhões e 995 milhões de reais de incentivos fiscais. E você vê na seguinte, renúncia *per capita*, que esses incentivos eram em torno de 929 reais por pessoa, por cidadão mato-grossense, se você for por *per capita*. E, no Estado de Goiás, nós teríamos 1.177. Você vê que a renúncia em Mato Grosso comparada com Goiás sempre foi muito inferior, mais muito inferior. Mato Grosso é um Estado que tem um incentivo fiscal que não é agressivo. Goiás tem incentivo fiscal agressivo, eles são agressivos em relação ao mercado.

Então, vejam, quando, em 2007, Mato Grosso tinha 2,7% de renúncia em relação ao PIB; Goiás tinha 8,2%; e assim foi: 2,6%, 3,2%; e em Goiás 9,2%, 9,1%. Então, Goiás sempre concedeu incentivos fiscais três vezes mais do que Mato Grosso, tanto *per capita* quanto no total. Essa é uma comparação para que vocês tenham conhecimento.

Em 2015, os incentivos caíram em um bilhão de reais de 2014 para 2015 em Mato Grosso. De 2015 para 2016, manteve 01 bilhão e 900 milhões de reais; e em 2017, vocês veem que eu coloquei dois asteriscos, ali foi o momento em que o Tribunal de Contas determinou uma contabilização diferenciada. Eles disseram: “Olha, vocês não estão contabilizando os incentivos fiscais da maneira que deveriam. Existem incentivos fiscais que não estão sendo contabilizados.”. E a mudança na contabilização levou para 02 bilhões e 600 milhões de reais em 2017 e para 03 bilhões e 600 milhões de reais em 2018.

Incentivos fiscais, a receita de impostos em relação ao PIB. O Governo Federal, a União, dá 4,2% do PIB em incentivos fiscais; Mato Grosso dá 1,3%, três vezes menos. Mato Grosso do Sul, um Estado do Centro-Oeste, dá 2,2%; Goiás dá 4,7%; Distrito Federal, que tem uma situação diferenciada, dá 0,7%. A média do Brasil é de 1,2%. Então, os incentivos fiscais em Mato Grosso são a média brasileira, não é mais, não é menos, não é muito, essa é a média, dados oficiais, pegos pela LDO e tal.

Vamos abrir os incentivos fiscais na LDO de 3,6 bilhões que está na LDO deste ano de 2018.

Nós temos incentivos que são programáticos e temos incentivos que são não programáticos. Eu vou tentar explicar isso para vocês. Os incentivos programáticos são os incentivos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

que são de responsabilidade da SEDEC. São os incentivos que são fiscalizados, acompanhados por esta equipe que está aqui, que eu citei, dos companheiros nossos da SEDEC. É 01 bilhão e 600; 01 bilhão e 400 para empresas que já estão credenciadas, quer dizer, 01 bilhão e 400 são de empresas que foram credenciadas em anos anteriores, não no ano de 2018. E 285 milhões apenas, e é apenas mesmo, são os enquadramentos previstos para 2018.

Então, de 03 bilhões e 600, isso eu tenho certeza que a sociedade não sabe, não tem esses números, não conhece, não existia essa transparência, só 285 milhões serão novos enquadramentos, se houverem. É uma previsão de novos enquadramentos. São as empresas que vão procurar a Secretaria e vão dizer: “Eu preciso de incentivo para me instalar”. Então, são as empresas que estão procurando a Secretaria, que deverão procurar.

Dois bilhões são os não programáticos, esses 02 bilhões, esta equipe, a Secretaria não acompanha. São incentivos que estão no âmbito da Secretaria de Fazenda. São incentivos como a cesta básica. Será que alguém no Estado de Mato Grosso é contra os incentivos para a cesta básica? Não são. Todo mundo concorda, pelo menos eu acredito que é importante dar incentivos para a cesta básica. Eles chegam a um valor de aproximadamente 500 milhões. Cento e oitenta milhões é do REFIS. Não houve um REFIS no ano passado? As empresas não entraram num REFIS? Esse REFIS não tirou juros, multas para as empresas poderem pagar? Não dividiu em trinta e tantos meses, quarenta meses? Isso é um incentivo. Esse incentivo foi dado pela Fazenda, não tem nada a ver com a Secretaria de Desenvolvimento. Está lá.

O RICMS é o regulamento do ICMS. O regulamento do ICMS, por meio de convênios e do CONFAZ, dá 775 milhões. Eu vou dar alguns exemplos de incentivos que ainda estão nesses 02 bilhões: vocês lembram que no Governo Dante de Oliveira, o Governador tirou, isentou quem consome de zero a cem quilowatts-horas do ICMS na conta de energia. Isso é um incentivo que está aqui. Outro incentivo que está aqui é de quem gasta de 100 a 150 quilowatts-horas. Está aqui.

Há uma redução do IPVA, está aqui. Ninguém é contra isso! Não houve uma redução agora que carros com mais de vinte anos não vão pagar mais IPVA? Está aqui. Esses 02 bilhões... São esses incentivos que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico conhece, mas não acompanha. Aqueles 01 bilhão e 600 são incentivos que têm contrapartida, que exigem uma contrapartida do empresário. Esses precisam ser vistoriados, acompanhados. Eu tenho certeza de que a sociedade não conhecia isso. Ok!

Incentivos fiscais não aumentaram no período de 2015 a 2017. É outra falácia que está na boca de todo mundo. Todo mundo fala, e como é que você vai provar que os incentivos fiscais não aumentaram se na LOA ou na LDO está escrito lá que antes era 01 bilhão e 900 e agora são 03 bilhões e 600? É difícil mesmo! Está escrito na LOA. Como que você prova isso? Como que você mostra? Eu já falei, mudou a contabilização. E digo mais uma coisa: vários estados, eu vou citar quatro aqui. Por favor, Rosângela, quais são? Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul... Bom, pelo menos esses três estados não conseguem contabilizar, não tem uma fórmula, um método para contabilizar todos os incentivos, esses não programáticos. Gente, os programáticos estão na lei, os programáticos estão colocados, é fácil de acompanhar, é fácil de ver.

Olhem só: dos incentivos fiscais de 2017, aquele de 01 bilhão... 2017, qual é o valor? Só do PRODEIC, 01 bilhão e 400, mais ou menos. Olha como é a concessão deles por período de governo. É importante aqui.

De 2007 até 2010, em torno de 380 milhões; de 2011 a 2014, Governo anterior, 01 bilhão; de 2015 a 2017, 380 milhões. Qual governo deu o incentivo fiscal? Está aqui! Olha a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

próxima! Em que período foi dado? Olha só: 2014, só em 2014, olha esse número, só em 2014, 605 milhões de reais, esses 605 milhões de reais significam que 77 indústrias tiveram incentivo fiscal no 2º semestre de 2017. No período de 2015, 2016, e 2017 inteiros só 20 empresas. O Governo Pedro Taques só deu a 20 empresas, isso nem é bom, gente, isso é uma verdade que não é boa para Mato Grosso, mas é a verdade. A verdade é que em 2014 foram 77 empresas, indústrias, e em 2015, 2016 e 2017, só 20. Olha os valores ali (*SLIDES*).

Olha o que significa isso numa pizza aí colocada, 2004 a 2014, significam 77% dos incentivos fiscais, 2015, 2016 e 2017, somados, dão 20%.

O Governo Pedro Taques fez o quê? Quando entrou no 1º dia de governo, o Governador Pedro Taques assinou um decreto, e esse decreto dizia o seguinte: quero saneamento de todos os incentivos fiscais do Estado, determinou à equipe, que é comandada pelo Leopoldo, nosso Adjunto. Eu queria que ele se levantasse ali, todo mundo conhece, mas, para que ele visse... Aliás, queria que toda a equipe levantasse para que fosse conhecida, o Juarez, toda a equipe aqui, a Linasse, todo mundo. Você vê que não é grande a equipe, porque lá a turma trabalha bastante e a equipe é enxuta. Obrigado.

Determinou que fosse feito um saneamento nos incentivos fiscais, porque era o momento que estava todo mundo em cima, mostrando a judicialização e a criminalização dos incentivos e que estava realmente ocorrendo. Então, nessa data se começou a fazer um saneamento, ele foi feito pelo Secretário Seneri, foi feito pelo Secretário Ricardo e eu estou concluindo esse saneamento, mas eles foram os que mais atuaram nisso.

Hoje, a posição em 31/12/2017 é que empresas em fruição integral... Nós temos 277 empresas que têm incentivo fiscal no Estado, indústrias que têm incentivo fiscal no estado são 277. Em fruição parcial são 154. O que é fruição total? Fruição total é quando a empresa começa a funcionar, recebe a autorização da Secretaria para que comece a deixar de pagar o incentivo ou deixar de recolher o ICMS, parte do ICMS. A fruição parcial é quando ela entra com o processo, é aprovado, e para construir, ela traz equipamentos de fora, máquinas, e essas máquinas deixam de pagar parte do ICMS quando entram, são 10% do valor do ICMS, 7% paga lá em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul e, quando entram em Mato Grosso, deixam de pagar 10%. Então, são 154.

Empresas suspensas. Existem hoje 250 empresas que estão suspensas. Tinham incentivos e por que não cumpriram determinações, não cumpriram contrapartidas, estão suspensas 250. Olhem só, fruição total tem 277, todo mundo sabe aqui que eu já fui Secretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso. Fui secretário de 1998 até 2002. Não parece porque eu sei que sou muito jovem, mas há 18 anos... Alguém viu muito aí. Não é, Pacheco? Mas, há 18 anos eu fui secretário. Ok?

Só no Pró-Madeiras - que vocês se lembram - existiam 480 indústrias com incentivo fiscal! Quatrocentas e oitenta só num programa! Existiam mais de 10 programas! Mais de 10 programas! Eu volto e esta é a realidade. A realidade são 277, com mais 157 em fruição parcial, significa que estão em construção, são indústrias que estão sendo construídas para receber a fruição total depois; 250 suspensas, é importante saber que há 250 suspensas, porque isso mostra que esta equipe trabalha, esta equipe vistoria, esta equipe vai atrás e um total de 431.

Agora vamos falar das vistorias, porque parece, pelo que sai, que não é fiscalizado, não é vistoriado, é dado o incentivo, pronto e acabou. Aí o cara irá fruir lá por 10 anos, tendo incentivo fiscal, e nada irá acontecer.

Então, vamos lá, número de empresas vistoriadas. Quantas eu falei lá que havia? Duzentos e setenta e sete? Das 277, esta pequena equipe que está aqui visitou, lá em Santa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Terezinha, Aripuanã, onde tiver indústria e tem em todas essas cidades, ela visitou 263 empresas. Foram vistoriadas 95% de todas as indústrias que têm incentivo fiscal no Estado e foram encontrados problemas em algumas delas, em 17%. Essas foram comunicadas, autuadas, e algumas foram suspensas. Por quê? Porque não cumpriam contrapartida. Eles chegavam lá e estava dito no programa, no projeto deles, “olha, essa empresa precisava gerar 200 empregos. Quantos empregos está gerando? Está gerando 100. Então, logo você será suspenso, porque você não está cumprindo. Você tinha que trazer tal contrapartida, dar um curso de qualificação. Você está dando curso de qualificação? Não conseguiu comprovar o curso de qualificação para o funcionário. Está suspenso ou está autuada para começar o curso de qualificação”.

Próximo.

Incentivos fiscais geram emprego e investimento.

Aqui nós começamos a mostrar para vocês outro problema que nós temos muito claro na sociedade, achando que o incentivo fiscal não gera emprego ou não gera renda.

Geração de emprego.

Isso aqui são dados oficiais que levantamos da Fonte RAIS, CAGED, SEDEC e ao Ministério.

A indústria.

Em 2015 o emprego na indústria em Mato Grosso, são de 98 mil pessoas que estão trabalhando na indústria de Mato Grosso. Desse total, 45 mil empregos estão nas indústrias que fazem parte do PRODEIC; 46% dos empregos industriais são de responsabilidade do PRODEIC.

Em 2016 foi o auge da crise brasileira. Houve uma queda de empregos, 7 mil empregos, 91 mil. Só que as empresas que estavam no PRODEIC cresceram. Aumentaram 250 empregos. Então, o PRODEIC ajudou a manter os empregos industriais. Fez com que diminuísse a queda de empregos aqui. E lá subiu para 50% o impacto dela na relação emprego na indústria.

Em 2017 começa a retomar o crescimento, a indústria cresce novamente para 95 mil e cresce também do PRODEIC, e são 48% dos empregos. Então, gera emprego.

E o faturamento e o investimento.

A meta de faturamento daquelas indústrias, quando elas apresentaram o projeto lá na SEDEC e a SEDEC aprovou e levou ao conhecimento do CEDEM, que é um Conselho formado pelas federações, formado pelo Governo, formado por várias entidades, a meta era um faturamento dessas indústrias de 15 bilhões. Na vistoria feita se constatou que o faturamento realizado foi de 25 bilhões. Então, o faturamento aumentou em 10 bilhões.

O investimento na indústria, na compra de máquinas, equipamentos, ampliações. O investimento previsto nos projetos era de 2 bilhões e 900, 3 bilhões. O investimento comprovado foi de 6 bilhões e meio. Então, houve um aumento de 164% no faturamento e 221% no investimento.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Secretário, só interrompendo um pouquinho, essa discrepância, ela é proposital por ocasião da elaboração da proposta para ter esses incentivos, tanto de faturamento quanto de investimento?

O SR. CARLOS AVALONE – Deputado, deixa eu falar uma coisa, eu acho que nem é importante isso, o número é bem diferente, mas veja bem, quando foi analisada a proposta que veio de quantos que ele estava prevendo investir, eu acredito que o empresário ele acaba sendo um pouco modesto na hora de falar, como isso é uma proposta que ela tem que ser comprovada posteriormente é necessário as vezes que o cara tenha um certo cuidado, mas...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Quanto maior a proposta aumenta a contrapartida?

O SR. CARLOS AVALONE – Não!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Na área de geração de emprego, na área de...

O SR. CARLOS AVALONE – As contrapartidas são essas, essas e mais um emprego e mais algumas outras que vamos falar em seguida também.

A SR^a ROSANGELA SALDANHA – Quando se apresenta o projeto no PRODEIC, ele está com base no cenário econômico esperado, então, ele tem como base por exemplo: hoje ele entra com base no cenário que tem uma expectativa de economia para daqui há dez anos, em 2017, mas realidade econômica é muito dinâmica.

Então, os valores vão se adequando a essa realidade.

O SR. CARLOS AVALONE – Algumas dessas indústrias, Deputado Zé Domingos Fraga, tiveram problemas graves, foram suspensas, como na realidade a crise foi muito grande em alguns eles não conseguiram fazer investimentos e não conseguiram gerar os empregos.

Incentivos fiscais contribuíram para o aumento da arrecadação do ICMS, isso é mais uma evidência importante que queremos colocar aqui. E aqui eu passo a palavra para a nossa professora Rosangela para que ela dê as explicações técnicas e vamos falar de metodologia que é importante e como nós vamos chegar nesses valores, eu sei que temos alguns economistas da universidade, economistas renomados que já temos discutido há algum tempo e aqui será importante para eles, e é importante que ela faça essa colocação.

A SR^a ROSANGELA SALDANHA – Bom dia a todos!

Vamos iniciar registrando que a avaliação é um consenso internacional entre os acadêmicos, políticos e sociedade, de que não há, e como foi muito bem colocado pelo Presidente na sua abertura, não há um questionamento em relação aos incentivos fiscais, quanto a sua importância para o processo de desenvolvimento enquanto instrumento de uma política de fomento.

Mas há um questionamento, e acho que isso está posto na sociedade mato-grossense e nacional e internacionalmente também. Quanto à eficiência e o retorno desses investimentos para a sociedade.

E para fazer... então, diante desta constatação, e observando, eu acho que o legislador ao elaborar e ao propor a lei do PRODEIC, que é o caso dos incentivos que estamos aqui analisando. Ele teve essa preocupação e previu que de dois em dois anos, este programa de incentivo fiscal do Estado de Mato Grosso, deveria ser avaliado, em termos do seu retorno para a sociedade, uma forma de você prestar contas para a sociedade.

E é isso que a SEDEC neste momento está trazendo para a avaliação, para o diálogo sobre os resultados dos incentivos fiscais.

Já vimos à questão de geração de empregos, que ela atende e superou, inclusive, o que estava proposto.

Fica a questão, mas qual é o retorno econômico disso para a sociedade? Será que é só o empresário que ganha? O que volta para a sociedade?

Então é isso que nós estamos fazendo, e nós vamos fazer, existem inúmeras metodologias para se fazer a avaliação. A opção, seguindo o que está previsto na lei, é uma avaliação econômica dos benefícios fiscais.

Especificamente vamos avaliar o quanto é arrecadado de ICMS em decorrência do incentivo fiscal concedido no âmbito do PRODEIC. Por quê? Isso seria... qual é o benefício do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

PRODEIC para a sociedade de Mato Grosso, e o indicador que nós vamos usar para medir esse benefício, é a receita do ICMS decorrente do PRODEIC.

Então vamos lá, se o benefício pelo gasto tributário, que é o ICMS concedido, for maior que um, nós podemos dizer que os incentivos fiscais são eficientes, porque eles garantem um retorno para a sociedade. E para fazer isso nós precisamos fazer algumas conceituações metodológicas para alinharmos e compreendermos. É um estudo, uma simulação e, por isso, temos que ter pressupostos metodológicos.

A nossa base é a teoria microeconômica.

A teoria microeconômica permite-nos afirmar que o PRODEIC é um Programa, um projeto de investimento público. É uma forma de você investir nas empresas privadas e o setor público investe ao conceder o ICMS incentivado, porque isso terá que ter um retorno. E ele visa o retorno social! Como eu meço, então, esse retorno social? Nós vamos dizer que o bem-estar da sociedade, da sociedade mato-grossense, depende de duas questões: depende do consumo, eu preciso como sociedade consumir e preciso, também, ter o consumo do setor público, que é financiado com a receita do ICMS. Então, consumo privado é uma função de empregos e salários, considerando que a maior parte da população é trabalhadora, vive de renda e a sua renda ela vem do trabalho, e isso, empregos e salários, são as contrapartidas, uma das contrapartidas do PRODEIC. Por isso vai contribuir para melhorar a situação da sociedade ao melhorar as condições de emprego e salário.

Outra função é a função do consumo público. Como que o PRODEIC contribui para o consumo público? Aumentando, tendo impacto na geração do ICMS que chamamos indireto. Depois, eu vou mostrar como você gera esse ICMS indireto. E, também, do direto, porque o empresário que está incentivado, também, recolhe o ICMS e, muitas vezes, a sociedade não sabe disso. Ela pensa que ele tem 100%, que não paga nada. Não! Ele retorna para os cofres públicos uma parte. Ele recolhe!

Por outro lado, sabemos que a decisão de uma empresa se localizar em um Estado ou em um Município ou em uma região depende de quê? Depende de, além das condições, vamos dizer, da qualidade da força de trabalho, do tamanho do mercado consumidor, da legislação tributária, é, também, extremamente factível que você cobre um imposto de acordo com a capacidade de pagamento da economia. Todas as vezes que se cobra uma carga tributária acima da capacidade dos agentes econômicos de realizar, se tem duas situações: ou haverá aumento da sonegação, da evasão ou o empresário vai se mudar dessa localidade e buscará outra que lhe permita melhores condições de competitividade.

Diante disso, nós utilizamos quais fontes de informação? Partimos dos dados da Secretaria de Fazenda em relação aos incentivos fiscais que é o QRF-Registro Administrativo de Renúncia Fiscal, que foi dito lá na frente; a vistoria da SEDEC nos fornecerá os empregos e os salários e com base em várias pesquisas internacionais e acadêmicas - que estão aqui listados os autores e os estudos - nós estabelecemos os coeficientes técnicos que são os multiplicadores keynesianos de consumo e investimentos.

Portanto, o que é o benefício? É o retorno do ICMS incentivado ao gasto tributário com o PRODEIC expresso em receita de ICMS. Ele inclui o quê? A renúncia aos créditos do ICMS dos insumos, porque quando a empresa entra no programa para receber o benefício ela tem que abrir mão dos créditos. Então, isso fica como receita.

Outra questão: o valor da receita do ICMS decorrente do consumo da massa salarial gerada. Ou seja, os trabalhadores... Você tem emprego, você gera renda e isso vai gerar consumo. Tem um efeito multiplicador na economia. Você tem, também, o ICMS recolhido pelas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

empresas. Você terá a receita dos fundos, FUNDEIC e outro fundo para os esportes que ficam, também, para o setor público realizar políticas públicas e você terá o ICMS decorrente do efeito multiplicador no investimento agregado.

Isso vai nos resultar...

Está aqui a planilha! Não vou me estender mais, porque é muito técnica, mas a discussão é a seguinte: considerando todas essas variáveis com os específicos multiplicadores keynesianos e com as alíquotas transformamos tudo isso em receita de ICMS. Significa que: na linha de benefícios sociais - em 2015 eu concedi 1 bilhão, 747 milhões de incentivos fiscais no âmbito do PRODEIC e - aqui considerando todo o estoque do incentivo - tive como retorno 1 bilhão e 800 milhões, resultando em uma relação benefício/gasto tributário de 1.06. Chegando a 2017... Essa foi 1.10, em 2016! Em 2017 eu tive um benefício de 1 bilhão, 715 milhões e renunciei 1 bilhão, 400 milhões chegando a 1.20. O que significa? Que para cada 1 real concedido de incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso retornou na forma de 1 real e 20 centavos, dando um retorno de 20% ao ano. Isso significa que nenhuma taxa, que nenhum investimento, hoje, dá esse retorno. É um retorno bastante significativo! Especialmente se considerarmos, por exemplo, SELIC e outras taxas que estão postas o retorno do benefício fiscal é, extremamente, relevante para a economia. Traduzindo em receita líquida de ICMS foi na faixa de 281 milhões, em 2017.

O próximo *slide* mostra somente que há um ganho de eficiência no Programa, que ele passa de 1,06, em 2015, para 1,20, em 2017, reflexo de toda uma política de acompanhamento e controle realizada pela Secretaria. Por fim, os benefícios líquidos da receita de ICMS que passa de 111 milhões para 281 milhões.

Desta forma, nós podemos concluir! Obviamente, que estamos abertos a dialogar sobre essa metodologia. Ela não é uma metodologia pronta e acabada, mas acho que oferecemos um início para um aperfeiçoamento e uma discussão democrática acerca disso.

Muito obrigada!

O SR. CARLOS AVALONE - Terminando, o que estamos propondo, agora, é um marco de transparência dos incentivos fiscais.

Estamos sugerindo, Deputado Zé Domingos Fraga, Deputado Wagner Ramos, que criemos uma Comissão Técnica do Governo do Estado, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa para que possamos ter um acompanhamento dos incentivos fiscais, porque o que falta é transparência. Com esse tipo de informação, com esse tipo de discussão, acho que vamos desmistificar a questão dos incentivos fiscais. Nós vamos entender que houve distorções, que essas distorções estão judicializadas, criminalizadas, estão sendo tratadas no devido lugar, mas que os incentivos voltaram a ter um andamento natural, normal e que esses são os resultados deles.

Então, reconhecendo que incentivos fiscais apresentam externalidades positivas e são instrumentos de política de desenvolvimento de Estado; reconhecendo a falta de comunicação do Governo com o cidadão... Nós temos que reconhecer isso! Se o cidadão não está entendendo tudo isso é porque faltou comunicação. Nós precisamos explicar melhor e estamos iniciando a fazer isso. A sociedade não questiona a concessão dos incentivos fiscais, mas, sim, sua transparência e efetividade. Outro dia, aqui, o próprio Fórum Sindical falou isso para mim. Quando comecei a defender os incentivos o Fórum me falou: "Não! Nós não somos contra os incentivos! Nós somos contra a bandalheira. Nós somos contra é a roubalheira.". E tem razão! Tem que ser mesmo! Nós, também, somos!

Então, não há problema com os incentivos fiscais. Há os maus incentivos, a má utilização dos incentivos fiscais, e há necessidade de avançar na governança dos programas de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

incentivos fiscais. Aí eu estou levando como base o relatório de auditoria dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado, realizado pelo TCE por solicitação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, e uma notificação recomendatória que recebi em novembro, a notificação 01 de 2017, do Ministério Público Estadual, da Dr^a Ana Cristina Bardusco. Ela me notificou, sugerindo várias mudanças e várias formas de fazer essa fiscalização. E quero dizer que quase 100% das recomendações feitas por ela nós estamos atendendo, estamos acompanhando e estruturando.

Então, esse Marco de Transparência vai criar transparência nos processos de decisão; isonomia, porque o PRODEIC traz na sua concepção um problema de isonomia...

Quero dizer que ontem no CONDEPRODEMAT, Conselho que trata das alíquotas de incentivo, nós já demos isonomia à cerveja. A cerveja hoje no Estado vai ter uma isonomia em 60%, não poderá ser superior a isso - foi determinado isso, ontem, no Conselho.

E a metodologia e indicadores de prestação de contas e avaliação de resultados.

Então, concluindo, o Marco de Transparência dos incentivos fiscais é o ponto de partida de esforço coletivo entre o Governo do Estado, a Assembleia, órgãos fiscalizadores de controle e sociedade civil organizada para promover a eficiência e transparência dos incentivos aos investimentos, de modo a garantir retornos sociais positivos para o desenvolvimento econômico e humano de Mato Grosso.

Eu queria agradecer a atenção de todos, principalmente a oportunidade dada aqui pelo Deputado Eduardo Botelho, pelo Deputado Zé Domingos Fraga, pela Assembleia como um todo, de nós podermos trazer esses números e trazer esses esclarecimentos.

Estaremos à disposição, tanto eu como a equipe aqui, para responder as perguntas. E como disse a Professora Rosângela – eu me esqueci de apresentar um pequeno currículo dela... A Rosângela é professora aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso; é pós-graduada na Espanha e em outras regiões; trabalhou com a Ministra Dorothea Werneck, com Maílson da Nóbrega, então é uma pessoa reconhecida, já foi da diretoria do Departamento de Economia da Universidade Federal e tem nos ajudado como uma das integrantes para dar esse embasamento metodológico importante e necessário para que possamos dar os números aqui colocados.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Carlos Avalone. Agradeço a Vossa Excelência e também a participação da Professora Rosângela.

Quero registrar a presença do Professor Humberto, da UFMT, um estudioso na área de planejamento. Não é, Professor Humberto? Seja bem-vindo!

Antes de passar a palavra aos inscritos, tanto da mesa quanto da plateia, vou intercalar, ouvir um componente da mesa, um da plateia, até porque a Audiência Pública foi feita para vocês...

Mas, eu queria fazer um pequeno comentário, Secretário: a Professora Rosângela, ao final da sua fala, fez em relação a 2017 a relação custo/benefício e tivemos um *superávit*, vamos dizer assim, em torno de 281 milhões de reais do concedido e do que foi gerado por meio dos incentivos.

É louvável, mas nós temos discutido, até por questão de infraestrutura, por questão de matéria-prima, por questão de demanda de mão de obra, conforme a Professora Rosângela colocou, os incentivos fiscais têm ido para regiões mais desenvolvidas. Prova disso é se você pegar a proposta da LOA, nós vamos perceber que na região sul tem quase 500 milhões de reais disponibilizados e tem regiões pobres deste Estado em torno de 14 milhões, 42 milhões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Quando os incentivos fiscais são concedidos, depois quero fazer a pergunta daquelas 277 empresas que já estão com fruição total, quantos por cento já tem essa fruição total de 100% de ICMS? Até porque entendo que desses 281 milhões que tem retornado, infelizmente, não é socializado para a região pobre do Estado de Mato Grosso, porque a Lei do PRODEIC diz que é para encurtar diferença na modernização do nosso parque industrial, da necessidade de você agregar valor na matéria-prima aqui produzida, verticalizar, transformar a nossa proteína vegetal, melhor dizendo, em carne, em animal. Mas mesmo assim não temos conseguido encurtar as diferenças regionais até porque o Estado é um estado que o tamanho da máquina é muito pesado, o ICMS não dá para fazer frente às demandas de investimentos e o pouco que sobra, geralmente, vai para atender as regiões mais desenvolvidas do Estado de Mato Grosso.

Então, isso é público e notório. Infelizmente, os incentivos não têm o seu retorno socializado e tão pouco a implantação das indústrias vai reunir onde tem essas vantagens, porque o empresário vai onde, realmente, existe um porto seguro para o mesmo.

O SR. CARLOS AVALONE – Posso passar aqui as cidades? Vai desmistificar um pouco isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Com raras exceções.

O SR. CARLOS AVALONE – Não são raras, não.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Tem umas aí que tiveram uma mão generosa e falou: vai para lá.

O SR. CARLOS AVALONE – Não são raras, não.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, o Sr. Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE – Região do Vale do Araguaia, daquelas 277 empresas, nós temos indústrias em Água Boa, Querência, Campinápolis, Porto Alegre do Norte, Nova Xavantina, Barra do Garças, Vila Rica, Confresa e Canarana, todas fiscalizadas por essa equipe aí.

Na região...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Frigorífica.

O SR. CARLOS AVALONE – Todas! Não é só frigorífica. Tem várias empresas. Depois eu posso passar cada uma delas.

Região Sudoeste: Município de Gaúcha do Norte - eu vou tirar as grandes, vou falar só de municípios menores que foi a sua indicação - Jaciara, Juscimeira, Chapada dos Guimarães, Alto Araguaia, Paranatinga e Poxoréu. Até Poxoréu tem. Até Poxoréu foi sacanagem da minha parte, porque merece bastante também. Mas eu falei até Poxoréu, ficou muito ruim a colocação feita. Desculpa.

Região Noroeste: Colniza, Novo Horizonte do Norte, Juara, Juruena, Nova Bandeirantes, Cotriguaçu, Juína, Castanheira, Campos de Júlio, que já é considerado um município com desenvolvimento.

Região Centro-Sul: Barra do Bugres, Acorizal, Marilândia.

Região do Médio Norte: são os municípios maiores, que foi o seu questionamento e eu tenho que concordar com Vossa Excelência. Desses aqui tem Alta Floresta, Vera, que está considerado aqui, Feliz Natal, mas tem Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop e outras aqui colocadas.

Na região de Cuiabá e Várzea Grande, várias indústrias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Então, Deputado, Vossa Excelência pode ver que na realidade vários municípios pequenos e menores também são atendidos. Agora concordo que nós temos que criar condições para que as regiões menos atendidas, com o IDH menor, tenham um investimento maior.

Eu dou um exemplo aqui de quando o Neurilan Fraga – já conversei com ele - foi prefeito procurou o setor de confecção, conversou com as empresas de confecção aqui de Cuiabá, ajudou a montar as costureiras na região da cidade dele, que é uma cidade pequena do Médio Norte, e o pessoal daqui mandava as peças cortadas e as mulheres lá faziam as peças e mandavam para cá. Então, se tivermos criatividade. Às vezes não se consegue colocar a empresa lá, mas consegue-se gerar um emprego lá. A ideia foi do Prefeito. Ele foi lá, teve a iniciativa, veio aqui e conseguiu os empregos lá.

Não sei se continuam ainda. Ele está dizendo que continuar.

Então, você tem formas de atender esses municípios, através de ações públicas, como fez o Prefeito, poderia ter sido feito pelo governo mas foi feita pelo prefeito, de atender essas regiões.

Então, quando você leva uma Gelfoods , que hoje é Suinobras, a Diamantino, você cria as granjas menores que podem estar localizadas em Marilândia, podem estar localizadas em Santo Afonso, podem estar localizadas em outros regiões.

Quando se fala em cadeias produtivas, que é o que nós defendemos, que fizemos lá atrás e estamos tentando mudar agora, você faz realmente isso. Se faz um grande investimento na cadeia produtiva, às vezes num polo maior, mas atinge, como municípios satélites, vários municípios, através dos desdobramentos.

Mas para isso tem que ter uma ação de Governo. Com certeza tem que ter uma ação de governo para que isso possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Carlos Avalone.

Em que pese ter falado que algumas dessas regiões pobres algumas cidades foram incentivadas, se pegar aqui o que está na LOA, Juína, por exemplo, uma região composta de vários municípios, Juína, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Aripuanã e Rondonópolis, não tem um centavo previsto, nenhum centavo.

Da mesma forma, Diamantino, que é a região quatro, não tem um centro previsto dentro da LOA.

O SR. CARLOS AVALONE – Alguma coisa está errada nessa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – É verdade.

O SR. CARLOS AVALONE – Está errado.

Veja bem. Nós não temos condições de saber quando colocamos no orçamento onde vai haver o investimento. Nós não temos condição.

Eu não sei de que forma foi colocado isso, porque, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Para a região de Cáceres, quarenta dois milhões...

O SR. CARLOS AVALONE – Pois é. Mas não funciona assim.

Deixe-me explicar.

Há um equívoco aí e vou tentar descobrir qual é, porque quando fazemos não falamos assim: “eu acho que na região de Cáceres teremos empresários que vão querer incentivos no valor de quarenta dois milhões”. Não funciona assim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Eu tenho um volume de incentivo fiscal, as empresas procuram o Estado e nós, em cima dos incentivos, concedemos ou não.

Nós não sabemos para onde ela vai. Eu não tenho como prevê onde ela vai acontecer.

Agora, se eu crio em cadeias produtivas programas direcionados, por exemplo, Pró-Madeira, que existia e não existe mais, Pró-Madeira logicamente não era para Cuiabá, não era para Várzea Grande, não era para o Sul do Estado, o Pró-madeira era para Alta Floresta, para Colniza, para aquelas regiões. Então, quando eu faço programa para o Pró-Madeira, o Estado faz, ele já está direcionando para quem vir para o Pró-Madeira esteja no interior e nessas cidades, por isso sempre fui defensor das cadeias produtivas.

Hoje não é possível mais isso da forma como prevemos. Por quê? Porque a Lei nº 160 impossibilitou isso e não posso criar mais novos incentivos.

Então, estou encaminhando uma lei para a Assembleia Legislativa, já conversei com o Deputado Zé Domingos Fraga, com o Presidente Eduardo Botelho, com o Governador, deverá vir amanhã ou depois de amanhã para cá, que tenta moldar o PRODEIC, sem mudar alíquota, sem mudar nada, em cadeias produtivas e já estamos propondo dez cadeias produtivas. Nesse trabalho a equipe técnica ajudou, o Sr. Lombardi, que está ali, aposentado da SEFAZ, nos ajudou bastante, para que possamos dar essa moldagem diferente.

Então, Deputado, qualquer valor que esteja colocado para Juína e tal, é equivocado, porque nós não podemos saber. E estando ou não estando aí, se vier uma empresa para Juína, ela entrará.

A LOA colocada dessa forma não vai nem inibir, nem animar ninguém a ir para essas regiões. Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Há outra questão, Secretário, que Vossa Excelência colocou.

Dentro desses incentivos programáticos para 2018 é de 1 bilhão e 600 milhões de reais, os não programáticos são de 2 bilhões de reais.

Se Vossa Excelência pegar o quadro na LDO, temos PRODEIC investimento indústria, conseguiu renovar em 2015, 2016 e 2017, só aqui é 1 bilhão, 666 milhões de reais; PRODER, 7 milhões, 742 mil reais; setor atacadista, 83 milhões de reais; Voe Mato Grosso, 44 milhões de reais; Projeto Fertilizante, 45 milhões de reais; Programas Alfandegados, 10 milhões; novos enquadramentos do PRODEIC previsto para as indústrias 285 milhões; PROALMAT de 249 milhões de reais; Programa Desenvolve APL 76 milhões de reais; e outros programas 150 milhões de reais.

Só aqui, dos programáticos, a meu ver, são 2 bilhões, 658 milhões de reais...

O SR. CARLOS AVALONE - Não. Vossa Excelência está somando coisas que não são para somar.

Quando ele fala de um bilhão e tanto já estão todos que Vossa Excelência falou dentro dele. Então, o valor total será de um bilhão, seiscentos e pouco...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Essa planilha veio da SEDEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

O SR. CARLOS AVALONE – Se veio, veio errado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Então, a somatória total dois bilhões...

O SR. CARLOS AVALONE – Mas é errada. Se ela veio dessa forma...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Veio da SEDEC...

O SR. CARLOS AVALONE – Veio errada. É só acompanhar. Ela está equivocada...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Inclusive, estou tirando a duplicação do Voe Mato Grosso, que está em duplicação, duas vezes... Entendeu?

O SR. CARLOS AVALONE – Não. É exatamente essa. Os dados dali são da LDO.

(O SR. CEZARINO MARTINS DA HORA DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – A informação que veio da SEDEC está equivocada, mas somando tudo dão dois milhões...

O SR. CARLOS AVALONE – Elas não são para serem somadas. Elas são a soma de algumas partes...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Toda somatória aqui dão...

O SR. CARLOS AVALONE – O total valor dos programáticos são um bilhão, seiscentos e pouco, que é esse número que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Mas a planilha aqui...

O SR. CARLOS AVALONE – Poderemos abrir depois para Vossa Excelência, mando uma nova planilha.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Eu confio em Vossa Excelência, mas, infelizmente, vieram de forma totalmente equivocados esses números aqui.

Vou passar para suas mãos para você tirar essas dúvidas.

Vamos dar início, então, ao nosso debate, até porque a Audiência Pública foi feita para vocês.

Conforme eu combinei aqui, ouviremos um da mesa e outro da plateia.

Com a palavra, o Maurício Munhoz, que neste ato representa a Deputada Janaina Riva.

Maurício, o senhor tem três minutos, eu sei que o senhor é extremamente sintético.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Muito obrigado! Bom dia a todos!

Primeiro, quero dizer que acompanhei o trabalho do Carlos Avalone na primeira passagem dele pela Secretaria de Indústria. Ele planejou e concebeu uma política de incentivos que revolucionou o Estado e inseriu o Estado de Mato Grosso no contexto do agronegócio. Tem que ser dado a César o que é de César.

Naquele momento tinha um programa de desenvolvimento, agora não vemos mais esse programa de desenvolvimento.

Vejam, os números extratificam. O balanço do último ano do governo anterior dava de incentivos fiscais e renúncias fiscais 1 bilhão de reais. Agora está 3,6 bilhões de reais.

Eu entendo que é uma questão contábil, mas se é questão contábil continua em erro, porque nas não programáticas, que não tem haver com a Secretaria de Indústria, como o senhor próprio disse aqui, é da SEFAZ, o valor é muito maior. Começa por aí. Então, o erro contábil continua.

Nós temos dois problemas, um que são os não programáticos e os programáticos também.

Eu esperava ouvir uma prestação de contas com relação ao aumento de emprego real.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Vocês fizeram um esforço, com o que pode ser feito, que são as informações do CAJEJ, e vocês verificaram que houve um aumento de empregos.

Nós queríamos ver, conforme a Lei de Incentivo Fiscal determina, empresa por empresa.

Queríamos saber, por exemplo, a cervejaria que produz a cerveja Itaipava, quantos empregos ela gerou.

O SR. CARLOS AVALONE – Eu tenho aqui todos.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Só que a Assembleia Legislativa...

O SR. CARLOS AVALONE – Está pronto. Eu te passo.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – A Deputada Janaina Riva tem pedido e não nos foi entregue oficialmente.

O SR. CARLOS AVALONE – Desculpe-me, para mim não. Se você me pedir, lhe entrego pessoalmente.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Foi um ofício para a Secretaria.

O SR. CARLOS AVALONE – Para mim não. Se foi, não recebi. Vou já pedir para que todo mundo peça...

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Nós temos o protocolo.

O SR. CARLOS AVALONE – ...os que estão dizendo que não receberam.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Nós temos uma cópia. Por exemplo...

O SR. CARLOS AVALONE – Por favor, me entreguem a cópia, porque eu quero ver em que lugar está o erro. Eu passo informação todos os dias para o Ministério Público e para os Deputados, não deixaria de prestar essa informação à Deputada Janaina Riva, que eu respeito muito.

O SR. MAURÍCIO MUNHOZ – Há outras contrapartidas, como por exemplo, os funcionários têm que estar inseridos em um programa de divisão de lucros das empresas. Nós também solicitamos isso e eu gostaria de saber se os funcionários da cervejaria que produz a Itaipava, eu não me lembro do nome dela aqui, se estão inseridos nesse Programa – a Petrópolis – ou outras empresas que também estão inseridas nesse programa.

Gostaríamos de ter esses números, porque a lei determina isso. Então, há um problema de prestação de contas da contrapartida que não chega. Desse modo está aqui essa oportunidade. Se vocês me disserem que têm isso agora, com certeza a Deputada Janaina Riva, que não está presente, ficará satisfeita, mas nós tentamos; conversamos com funcionários da empresa e eles dizem que não participam do programa de divisão do lucro, conforme manda a lei.

Considerando isso, vamos ao problema dos programáticos que são graves. O setor, por exemplo, de pecuária; os frigoríficos, eles têm uma redução na base de cálculo, desde a alíquota de ICMS, já que o consumo interno para todo mundo são 17%, o deles são 2%, 2,5%. Não dá nem para você identificar direito, porque também não é transparente.

O consumo interno que são 12% para o arroz, por exemplo, ele faz parte da cesta básica, pagam uma alíquota de 12%. A pecuária, os frigoríficos pagam 2%, 2,5%. Essa redução da alíquota na base de cálculo, aí depende, cada caso é um caso, é muito complexo isso, mas na prática reduz de 12% para o arroz, para 2% para os frigoríficos. O valor dele ultrapassa muito esses dois bilhões que estão aí, basta ver a prestação de contas que a SEFAZ apresenta e mostra a alíquota. Então, isso é um problema de transparência com relação aos não programáticos.

Com relação à metodologia, para encerrar, eu vejo um grande problema de vocês afirmarem que aumentou a arrecadação do ICMS em função dos programas de incentivos. Esse cálculo com todo respeito; dizer que o setor paga indiretamente, ele não é científico, gente. Eu faço

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

um desafio aqui, o valor é cem por cento. Para se chegar aos 100%, você tem que dizer cada setor, quanto que é eles pagam indiretamente: pecuária, soja.

Eu lanço o desafio. O traficante de droga, também não paga ICMS indiretamente, ele não vai ao posto de gasolina, não abastece, não está pagando indiretamente, não está impulsionando a roda da economia indiretamente também? E não temos como medir o setor informal, eu falei setor informal, logo, como um todo, se fica de fora um setor, como é que nós chegamos aos 100%?

Então, eu afirmo, não é científico, é um esforço metodológico, é uma tentativa de chegar ao número, mas ele não tem rigor científico porque eu repito, fica de fora o setor informal.

Então, precisamos tomar cuidado com esses exageros; dizer que teve esse reflexo, o incentivo fiscal teve esse reflexo, o setor beneficiado pelo incentivo fiscal. Tem incentivo que nós não conseguimos comensurar realmente.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Avalone, se lá na frente Vossa Excelência não se sentir atendido, vamos rodar aqui, depois eu passo a palavra para Vossa Excelência novamente. Mas, antes do Avalone responder, deixe-me convidar o Jandir Milani, senta aqui Jandir, estou com saudade de você.

O SR. CARLOS AVALONE – Eu queria fazer dois comentários; primeiro ele conversou, falou bastante, respeito muito as suas posições, nós já conversamos muito sobre esse assunto, isso é importante ficar destacado aqui.

Você fez a maioria dos seus comentários em cima dos não programáticos, nem queria muito entrar neles, porque queria que a Secretaria de Fazenda o fizesse, mas, como não está aqui ninguém da Secretaria de Fazenda para fazer a defesa, algumas coisas eu posso fazer aqui; e devo fazer.

Quando você falou dos frigoríficos, nós entramos no governo Pedro Taques os frigoríficos estavam dentro do PRODEIC, faziam parte do PRODEIC, portanto eles tinham uma alíquota inferior a esses 2,5%, aprovado por lei, lei feita por esta Casa, não foi inventada.

A lei foi feita por esta Casa, em outro momento, mas feita por esta Casa. O que o governo Pedro Taques fez, entendendo que precisava melhorar a arrecadação, uma proposta a eles: eu vou tirar e vocês têm que abrir mão do PRODEIC, eles tinham que abrir mão do PRODEIC, se vocês abrirem mão, nós vamos colocar uma taxa de 2% dobrando o recolhimento.

Tem um frigorífico; Redenção só que não aceitou. Todos aceitaram, foi um acordo feito com o sindicato, eles saíram do PRODEIC, e o recolhimento era de 0,89%. Noventa por cento subiu para 2%, depois no ano seguinte, entendeu que tinha que subir mais 0,5%; chamou o frigorífico de novo e subiu mais 0,5%, então subiu para 2,5%.

Então, veja bem, este Governo recebeu com menos de um e levou para dois e meio. É pouco? Pode ser. Mas este Governo quase triplicou a arrecadação dos frigoríficos e não diminuiu a arrecadação.

Eu quero dizer para vocês que está aqui o Presidente Jandir Milan, sempre fui um crítico do Programa PRODEIC. Quando o Programa PRODEIC foi criado lá no Governo Blairo Maggi, eu na Federação das Indústrias era vice-Presidente, falei em 11 reuniões seguidas que esse programa poderia trazer distorções no futuro.

Mas, o entendimento do governo e das próprias federações era que não. Passou. Não cabe mais essa discussão. Eu só estou registrando aqui para não parecer que estou fazendo uma defesa de algo que até eu tenho dúvidas. Mas por quê? Porque hoje é o que nós temos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Depois da Lei nº 160, de 07 de agosto do ano passado, só podem ter os incentivos que estão aprovados por lei e que estavam em vigência naquela data. O único que temos é o PRODEIC. Então, se o PRODEIC não serve, não temos incentivo nenhum. O que é que temos que fazer?

Temos que melhorar o PRODEIC. Por isso estou mandando uma lei para discussão na Assembleia Legislativa, para que melhoremos o PRODEIC na nossa visão e na visão das federações, porque quem está nos ajudando são as federações, conversando com todo mundo.

Quanto à questão se é científico ou não o projeto, eu passo a palavra para a Professora Rosângela porque ela está ansiosa para responder. Por favor, Rosângela.

A SR^a ROSÂNGELA SALDANHA – Eu agradeço os comentários e acho que a observação do Deputado é extremamente bem-vinda, porque ela nos oportuniza esclarecer um pouco mais a questão metodológica. A teoria econômica, eu sei que nem todos são economistas, mas o Professor Humberto, meu colega de departamento, com certeza, conhece.

Ela diz que tem um senhor chamado Keynes, que dizia: “Olha, o País está em recessão, temos que abrir e tapar o buraco, porque são os gastos públicos que irão incentivar a economia. E eles têm um efeito agregado porque é assim, quando eu concedo...”... Então, ele criou um conceito chamado Efeito Multiplicador do Consumo da Renda e do Investimento. Como é esse Efeito Multiplicador? Ele é altamente científico e é o cerne da teoria macroeconômica.

Quando a empresa incentivada, trarei para o nosso exemplo: contrata um trabalhador, no caso as empresas do PRODEIC, contratam cerca de 45 mil trabalhadores, ela paga um salário para esse trabalhador.

E esse salário vai permitir a esse trabalhador comprar mais arroz, feijão, pagar o aluguel, consumir roupa, comprar um carro. Tudo isso vai gerando... Isso se chama efeito multiplicador, por quê? Porque ele vai gerando, no nosso caso, receita de ICMS, receita de IPVA, receita de impostos, isso é computado e tem um efeito multiplicador.

Segundo a teoria... Por isso eu listei aqueles artigos acadêmicos, que são estudos internacionais de organismos como o BIRD, como o FMI, como a Universidade de Harvard, e tudo mais, e vários estudiosos brasileiros que mostram que o efeito multiplicador renda de consumo é extremamente alto, porque o trabalhador poupa pouco da sua renda, ele joga mais em consumo. Isso dinamiza a economia. Tanto é que quando há desemprego nós temos recessão, porque as pessoas param de comprar, e o setor público tem queda na arrecadação, por quê? Porque a arrecadação é em função do desempenho da economia, do efeito multiplicador. Então, é científico.

Vossa Excelência pode e tem o direito de não concordar. Eu acho extremamente válido, porque isso aqui é uma simulação. E não estamos dizendo que o impacto foi de aumentar. O que o estudo mostra é que ele permite um retorno.

Quando investimos dinheiro numa aplicação, temos um retorno promovido pelas taxas de juros e tudo mais. Então, esse dinheiro aplicado, investido nos incentivos permite um retorno ao Estado. Isso não quer dizer que consigo materializar e identificar o quanto entrou. É um sinal que mostramos ao mercado. É em cima disso que as empresas e todos os negócios são feitos, em cima de projetos de viabilidade econômica.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Com a palavra, o Secretário Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE – Só uma coisa que faltou para você foi o seguinte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Você cobrou uma coisa correta. Eu não coloquei ali, mas as 263 vistorias têm o número de emprego gerado por cada uma. Eu vou lhe passar, eu vou localizar o ofício, caso esteja lá. Você está dizendo que está, eu confio em você, vou ver qual a distorção que houve, porque não chegou em minhas mãos.

E vou passar todos esses dados numa planilha, todas as cidades que eu falei, quais as indústrias que têm lá, quantos empregos geraram, qual o investimento, qual é a meta, qual é tudo. Cada uma delas tem isso, você gostaria de ver e vou lhe entregar para que você possa fazer a análise e a crítica.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário.

Só quero te informar, Professora Rosângela, que o Maurício é também economista, só que pertence à outra doutrina da área da economia, mas no final eu passarei a palavra para o Maurício, eu sei que ele não está satisfeito, mas como há muita gente inscrito... Quero agradecer a participação do Maurício, tenho certeza que ele já está ajudando a enriquecer esse debate aqui.

Quero passar a palavra ao Orlando Francisco, Secretário de Finanças do SINTEP. Vossa Excelência, Orlando, eu gostaria que fosse breve, porque eu também sou sindicalista, falamos bastante.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Bom dia a todos! Cumprimento a mesa em nome do companheiro Wagner, representando o Fórum Sindical.

Dizer, Deputado Zé Domingos Fraga e também Presidente da AMM, senhoras e senhores, para o Secretário Carlos Avalone, que está aqui representando o Governo, que existem muitos contraditórios com relação aos incentivos fiscais e aí temos que ter coragem de dizer que esses contraditórios têm a ver inclusive com as próprias leis.

Começando pelo Plano Plurianual-PPA, porque, quando este Governo constituiu o Plano Plurianual de 2016, teria que ser considerado com base na LDO, na LOA, o que a lei expressa, eu vou citar aqui as áreas de relevância pública: segurança, saúde e educação. E para não alongar, porque o tempo é três minutos, eu quero especificar aqui saúde e educação.

A Lei Complementar nº 141, de 2012, nos seus artigos 09 e 10, que, aliás, já foi citado isso aqui, inclusive na Audiência anterior, expressa que todos os recursos dos incentivos fiscais têm que ter o retorno para saúde, isso se chama compensação, isso independe, aliás, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal expressa isso, com base no art. 198 da Constituição Federal.

Independente de frustração de receita, independente de contingenciamento de recursos, aliás, o representante da AMM sabe muito bem, que é o representante dos Municípios, nós tivemos problema neste Estado com relação à questão do FUNDEB na educação e com relação também à base de cálculo dos recursos do imposto de renda tanto na saúde como na educação.

Agora, com base na questão legal da educação, a LDB, que é a maior Lei da Educação, que é a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, também expressa que tem que haver a compensação de recurso quando há o incentivo fiscal. No art. 68, item 4, do Título VII, da LDB, expressa que todos os incentivos fiscais têm que ter o retorno para a educação.

Então, para concluir eu vou dizer o seguinte: que há contraditório, existem as contradições nas interpretações das leis. Além dos equívocos das metodologias que são aplicadas, eu já disse também em Audiências anteriores, quando há o conflito de custeio e receita, como também agora o próprio conflito das leis.

Ou seja, para concluir de vez, tem que rever esse período do quadrimestre de 2015, 2016, 2017, de que além de estar sendo negado a aplicação dos recursos na educação, na saúde com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

base no Imposto de Renda, que saiu da base de cálculo, os incentivos fiscais é lei, não vamos contrapor aos incentivos fiscais, é com base na lei que se dá os incentivos fiscais, mas tem que ter a outra parte da lei que expressa que tem que haver a compensação tanto para saúde como para a educação: Lei nº 141, de 2012, da saúde, art. 9º e 10, e a Lei nº 9.394/96, da LDB, art. 68.

Isso tem que ser colocado na Ordem do Dia para nós considerarmos que o incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso tem retorno, do contrário, nós não podemos concordar que está tendo o retorno.

Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Sr. Orlando.

Em função da complexidade da pergunta, o Sr. Carlos Avalone vazou, e ficou para a senhora, Rosângela Saldanha... (RISOS)

A SR^a ROSÂNGELA SALDANHA – A questão dos incentivos, especialmente, a discussão do entendimento legal é uma coisa extremamente complexa. E nós vamos, por exemplo, nos ater a questão dos incentivos.

Eu acho que o que ele está colocando é uma questão que procede, que tem que ser revista, que tem que ser analisada. Eu não vou nem entrar no mérito disso. Eu gostaria de falar em relação aos incentivos fiscais, o que houve? Havia um entendimento... A questão de porque pulou de um bi para três bilhões, eu acho que essa é uma questão que está e que fica ainda um pouco esclarecida.

Uma questão importante: havia o entendimento de que você não precisava, você só registrava, e isso é legal, as isenções e os programas de incentivo. Isso foi um entendimento que foi vigente. Quando veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, o entendimento dela foi sendo aprimorado pouco a pouco, no que disse: “Não, você tem que incluir tudo”. Inclusive - vou dar um exemplo - a questão da devolução do imposto de renda, para quem tem direito, é considerada pela Lei de Responsabilidade Fiscal como um incentivo. Isso tem que estar contabilizado.

Então, é muito complexa essa discussão. E é muito complexa por quê? Porque ela é dinâmica. O nosso país ainda é um país que está, eu diria, no estágio inicial de compreensão e de avanço na consolidação da gestão fiscal tributária em termos de transparência, de se colocar e de se chegar a métodos. Então, eu acho que, quando você coloca, e é muito bom, é um tema a ser estudado, sim... Como é que você vai fazer a vinculação e a transferência do impacto dos incentivos - se gerou um resultado positivo - e fazer essa redistribuição? Teoricamente, hoje não temos mecanismo de contas para fazer essa separação em termos de contabilidade pública.

Então, é uma questão que tem que estar posta e vai avançando pouco a pouco nessa construção.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Prof.^a Rosângela.

Convido para fazer o uso da palavra o Neurilan Fraga, neste ato representando a Associação Mato-Grossense dos Municípios.

O SR. NEURILAN FRAGA - Bom dia a todos!

Quero fazer algumas ponderações. Quando se trata de renúncia fiscal - porque incentivo fiscal é renúncia -, nós temos que ter muito cuidado porque nós estamos tirando a possibilidade de investimento na área da saúde, na área da educação, na área da segurança. Então, não pode ser tratada uma Lei de Incentivo Fiscal de forma pontual. Eu sou crítico quando vêm os setores e fazem pressão no Governo, fazem pressão na Assembleia Legislativa, e aí mudam a alíquota, sem considerar o contexto da economia estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Nós não somos contra você mudar a alíquota, mas tem que analisar o contexto geral de todas as cadeias produtivas, porque termina você às vezes prejudicando alguns setores em detrimento de outros. E termina também tendo uma consequência muito grande na ponta, que são os serviços públicos que tem que chegar para a população lá dos municípios, principalmente nas áreas sociais, que é onde nós temos os maiores problemas.

Então, baixar a alíquota da cervejaria agora, o Secretário Carlos Avalone colocou como se fosse uma grande vitória, eu acho que isso pode ser uma grande derrota em termos de renúncia fiscal. Não pode ser tratado pontualmente e essa é minha crítica a esse Governo. Já estamos no quarto ano... Eu participei, no início, das duas primeiras reuniões, lá na SEDEC, ainda com o Seneri Paludo. Lá estava sendo discutida uma remodelação na Lei de Incentivo Fiscal e já vamos para o quarto ano e isso não aconteceu. E, de lá para cá, as coisas estão sendo tratadas pela pressão e aí foram mudando. Hoje, essa política de incentivo fiscal do Estado de Mato Grosso virou uma colcha de retalhos, porque depende da pressão de cada setor, do peso político, etc. Então, é ruim essa política que está sendo desenvolvida pelo Estado.

Nós temos que ter alguns cuidados. Eu gostaria que o Secretário pudesse passar para a AMM, e depois a vocês, o mapa onde estão concentradas as empresas. Ele colocou aqui alguns municípios considerados de economia pequena, municípios pobres. Nós temos que ter um mapa onde estão concentradas todas as empresas e também os valores dos investimentos e os números de empregos que propuseram, porque você colocar que lá em Poxoréo tem uma indústria de incentivo fiscal - parece que até no início queriam cortar, nas duas primeiras reuniões que eu estava lá - para fertilizante, alguma coisa assim que tinha lá em Poxoréo, e estavam querendo cortar ...O tamanho do investimento lá e o tamanho de investimento em outras regiões.

O incentivo fiscal da forma como está sendo dado já há algum tempo - não é deste Governo, já vem de outros governos, e esse continua - está aumentando as desigualdades regionais. Ao invés de ter diminuído, como é a proposta, as desigualdades regionais estão aumentando por falta de critérios de dar incentivo fiscal.

Foi colocado na lei que, se você quer ir para Sorriso, você tem um valor, um percentual; se você quer ir lá para Poxoréo, é outro, isso está sendo questionado, inclusive, por um segmento econômico, mas na verdade aquilo é para tentar, de todas as formas, fazer esse... Já esgotou o meu tempo? Só mais um minuto. De fazer esse equilíbrio para diminuir as desigualdades regionais, porque se você deixar concentrar recursos, isso afeta o desenvolvimento econômico harmonioso do Estado.

Outra questão levantada pela professora é a questão do ICMS, o retorno do ICMS. Não quero nem discutir esse retorno, mas esse retorno do ICMS não está satisfazendo a sociedade do Estado de Mato Grosso - parte da sociedade - porque esse retorno está ficando nos grandes municípios, onde estão também as grandes empresas. Vamos supor, as empresas vão para Sorriso, vão para Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, elas geram emprego lá e não há nenhum efeito nos municípios distantes, ou em outros municípios pequenos. Geram lá em Sorriso, a massa salarial circula lá, o consumo circula lá. Aí cria-se o ICMS e quando vai distribuir o ICMS, Secretário, para os municípios, lá tem o valor adicionado, o valor agregado, que são 75%, e para onde vai? Vai exatamente para aqueles municípios grandes onde estão as indústrias que receberam incentivo fiscal, que geraram a massa salarial lá, que geraram outras empresas no processo.

Quer dizer, aqueles pequenos, mais distantes, não receberam emprego, não receberam nenhum dividendo e, na hora de distribuir, o ICMS volta novamente para Sorriso, para Rondonópolis e tal, volta 75% na distribuição, mas 10% é a população. Quem tem a maior

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

população? São esses municípios também e volta o dinheiro para lá. Quer dizer, esse ICMS que está sendo gerado através do incentivo fiscal, professora, não está beneficiando a sociedade de Mato Grosso, está beneficiando exatamente aquele município que recebeu todo esse aporte de investimento numa renúncia fiscal que é dos 141.

Na hora da renúncia fiscal, são os 141 municípios que estão renunciando, mas o benefício direto e indiretamente está sendo feito. E isso por conta da forma como é distribuído o ICMS que, provavelmente, vocês estão falando que gera decorrente daquele investimento gerado pelo incentivo fiscal.

Então, eu acho que deveríamos, quando for tratar a questão de incentivo fiscal, já que vai mandar uma lei para cá, verificar o que pode ser feito na distribuição dos incentivos do ICMS, principalmente, decorrente dessa proposta da renúncia fiscal dos 141 municípios que, na hora de fazer a concessão da renúncia fiscal, também pagam a conta, só que, na hora de receber o retorno, eles ficam de fora.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Neurilan, foi mais rápido do que eu imaginava. Passo a palavra ao Secretário Carlos Avalone para que ele possa responder.

O SR. CARLOS AVALONE - O Deputado Zé Domingos Fraga não está liberando nem o irmão, vocês estão vendo? Ele limitou até a palavra do irmão...

Mas eu acho que... eu fico feliz, Sr. Neurilan, de mudarmos o tom da discussão. Vejam bem, eu vim para cá com a preocupação da desmoralização dos incentivos fiscais, quer dizer, nós estávamos assim: a sociedade entendendo mal a questão dos incentivos fiscais. Agora eu vou discutir com o Sr. Neurilan a efetividade dele, onde ele está? Onde ele pode melhorar? E aí, Sr. Neurilan, eu concordo com você, eu não vou nem discordar, porque eu acho que o governo tem que usar sim, os incentivos fiscais de uma forma que diminua a desigualdade. O senhor tem toda razão! Quer dizer, embora ali esteja mostrando que tem uma distribuição, cada pontinho amarelo daquele é uma indústria do PRODEIC.

(O ORADOR DEMONSTRA OS DADOS DO *DATASHOW*)

O SR. CARLOS AVALONE – Nós vemos que até está bem distribuída no Estado, não está mal distribuída, mas mesmo assim, com certeza, sem precisar olhar, as maiores estão nos grandes centros. O senhor tem razão e isso causa uma distorção. Então, podemos utilizar os incentivos fiscais para tirar essas distorções? Podemos. Tem como o governo ajudar? Tem. Certo? Então temos que fazer esse trabalho a várias mãos. Nós temos que sentar e discutir.

Nós temos um problema, hoje, que é um problema legal. O problema legal é que a legislação ficou muito amarrada. Muito amarrada. Só um outro dado que é importante para todos, inclusive o Sr. Maurício e tal, para prestar atenção no seguinte: nós publicamos na semana passada todo os atos, normas e decretos de todos os incentivos fiscais dados nos últimos, sei lá...desde quando começou Mato Grosso. É uma decisão dessa lei que eu falei de 07 de outubro, de agosto do ano passado. Nós tínhamos que publicar para poder convalidar essas leis. Deu noventa e duas páginas! Deu noventa e duas páginas de normas! Sr. Maurício, o senhor sabe quantos são de programáticos? Oito páginas. Oitenta e seis páginas são dos não programáticos. OK?

Então, todo mundo, inclusive a imprensa foca nos programáticos, como se os programáticos fossem o problema, não é! Não que os outros sejam problemas, os outros são feitos em cima de uma legislação possível, são incentivos que eu já disse que poucos são questionados, porque são muito bons. Por exemplo: cesta básica, REFIS...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – CONFAZ .

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. CARLOS AVALONE – E que são autorizados pelo CONFAZ e tal, mas estes não tem acompanhamento, é um registro apenas e está lá registrado. E o Sr. Maurício tem razão numa coisa, eu citei quatro Estados, três Estados que não conseguem uma metodologia para colocar isso na LDO deles, não conseguem. Eles estão tentando, procuram uma forma, mas é tão complexo que eles não conseguem colocar. Mato Grosso está tentando colocar todos por determinação do Tribunal de Contas, mas é um processo ainda de avaliação.

Na fala do Neurilan Fraga, eu queria dizer que você tem um parceiro para trabalharmos isso. Lembro-me que o Deputado Zé Domingos Fraga na passagem que estivemos juntos na Assembleia Legislativa, ele pediu para eu participar de um seminário lá na região para discutirmos incentivos fiscais para isso, localizados em cadeias produtivas e tal. E nós fizemos alguns entendimentos lá naquele momento, e eu tenho um prazer imenso em poder com a equipe, com os amigos e as federações fazer isso também para que possamos proporcionar avanços nessa área que precisam ser dados.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário, parabéns por reconhecer que infelizmente o incentivo realmente não consegue ser socializado pela distribuição de empresa e também do superávit do ICMS gerado.

Convido para fazer o uso da palavra, o João Sanches, vice-Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT.

O SR. JOÃO CARLOS SANCHES – Bom dia!

Como foi apresentado, fico contente em ver que na equipe do Secretário há uma ex-professora, professora aposentada, eu também sou formado pela UFMT tanto na graduação quanto no mestrado.

A minha fala é exatamente nesse sentido de que eu acho que a apresentação elucidada algumas questões, foi criticado um pouco a metodologia, mas ela existe. Algumas questões foram elucidadas sim, Secretário Carlos Avalone.

Queria só fazer minha fala no seguinte sentido: Primeiro, que foi apresentada aqui uma proposta de um grupo de acompanhamento, e que nesse grupo estariam algumas pessoas sendo convidadas. A minha sugestão é que, e assim eu entendo, que os mais interessados e os que vão contribuir são os trabalhadores deste Estado tanto do setor público, quanto do setor privado, e naquele comitê formado não vi nesse aspecto.

Segundo é que a professora pode, claro, saber disso, têm outros professores aqui, e que as universidades do Estado, as públicas principalmente sejam convidadas para esse tipo de atividade, esse acompanhamento, porque são pessoas que têm conhecimento, podem atingir esses dados e fazer uma análise um pouco mais profunda.

Digo isso porque tanto na cadeira, tanto na forma como o secretariado é escolhido, a mesa é composta. Vamos lembrar que está ali o Milan, que é um empresário, o próprio Secretário é um empresário, e aí eu não quero colocar aqui que é a raposa correndo do galinheiro, senão, estarei sendo leviano. Mas é claro que esses incentivos, o principal interessado neles, em primeira instância, são os empresários, são os industriais, são eles que vão, de alguma forma, se beneficiar em primeiro caso, através desse incentivo que vai aumentar a sua margem de lucro e é assim que funciona o sistema.

Agora, dentro desse sistema, se nós pudermos entender que conseguimos levar, como a professora colocou, retornar pelo menos 20%, acredito que a metodologia é válida, não é a minha área de atuação, mas nós temos que entender outras coisas: uma, que o Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Grosso, então, teve um PIB anunciado de quase 15% com um aumento de arrecadação de quase 5, um pouco mais do que isso.

Foi dito por um Deputado, não sei qual da mesa, de que a máquina está inchada, eu acredito que a máquina esteja inchada em alguns setores. Não é porque eu estou aqui na Assembleia Legislativa que eu não vou dizer, mas aqui está inchada e no Judiciário está inchada não só pelo salário, mas pelo tamanho, pelo tanto de empregados que têm.

O setor público, seja universidade, seja a saúde, seja a educação básica, seja o DETRAN, seja a AGER, seja qualquer outro setor que você for ver, e a própria Secretaria, o Secretário apresentou a equipe dele muito enxuta.

Secretário, está enxuta em todos os lugares, está complicado, e para isso, para essa máquina que não é, repito, ela não é inchada no serviço básico do atendimento à população e dentro das secretarias de Estado, esteve aqui o representante da Secretaria de Gestão, da área meio, falta investimento, falta concurso público, falta gente para poder trabalhar. Comissionado, o Secretário que vem e vai, esses aí não temos como muito como confiar de um governo para o outro e nem de continuar uma política, pelo meu entendimento está sendo feita corretamente. Ou esse ICMS contribui, ou revemos a Lei Kandir e a arrecadação acompanha esse crescimento do Estado e proporciona o serviço público de qualidade ou alguma coisa estará sempre errada nesse sistema antigo que não podemos concordar.

Então, deixo aí duas propostas: uma, que nessa Comissão que está sendo montada que se inclua as universidades públicas, os seus cursos de economia, contábeis e administração; que os representantes dos trabalhadores, que são os maiores interessados, porque sempre se falou em um monte de geração de emprego... E, depois, precisamos abrir essa caixa. Como a Deputada Janaina Riva fez a solicitação, o Fórum Sindical, também fez. Queremos saber quantos empregos são gerados direta e indiretamente em cada indústria do PRODEIC. Então, como ficou definido, peço que isso seja encaminhado ao Fórum Sindical.

No segundo momento que isso seja pensando da seguinte forma: primeiro, que esse discurso de Estado inchado para o setor executivo do Governo Estadual não aceitamos, de forma alguma. Muito pelo contrário! Estão todos sobrecarregados. As Secretarias de Estado estão sobrecarregadas, as universidades estão, o DETRAN está. Então, precisamos ter um pouco de cuidado com esse tipo de discurso.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, João Sanches.

Antes de passar a palavra ao Secretário, quero dizer que, semana passada, fiz uma fala de que eu era contra neste momento de crise se criar um novo fundo, até porque tanto o Poder Executivo quanto outros poderes e instituições não fizeram a lição de casa. Nós temos mais de 100 mil servidores na máquina pública. Temos que fazer um pacto, primeiramente, para cortar a própria carne e o osso, se for necessário. Não podemos entender um Estado tão jovem como Mato Grosso com mais de 100 mil servidores. Só da Previdência Pública, hoje, o Estado tem que complementar quase 1 bilhão. Então, a máquina, de fato, está inchada. Não é só no Poder Executivo, mas em todos os Poderes. Nós precisamos fazer a nossa lição de casa.

Você está certinho! Eu tenho cobrado isso! Eu sou contra se criar qualquer tipo de fundo enquanto não darmos exemplos. E a Casa aqui precisa dar seu exemplo e as demais instituições e Poderes e o Poder Executivo não podem ficar de fora.

Com a palavra, o Sr. Secretário Carlos Avalone.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. CARLOS AVALONE - Quero agradecer o companheiro do Fórum Sindical e dizer que, sem dúvida, o Fórum Sindical tem que está presente nessa comissão e a proposta é que estará. Eu vou ver a forma de colocar o Fórum aqui dentro, mas acho muito importante ter essa transparência...

Todos os dados que você pediu nós encaminharemos o mais rápido possível. Eles estão na apresentação, no relatório que vamos entregar aqui, mas temos que oficializar. Eu estou passando, agora, oficialmente a apresentação para o Deputado Zé Domingos Fraga.

Agora, eu tenho dito em várias entrevistas - talvez, você já tenha ouvido - que eu participei, o Deputado Zé Domingos Fraga, também, e o Deputado Wagner Ramos... Nós participamos como Deputados, em algum período, eu em algum período, porque era suplente, da Administração passada. E eu participei de todas as discussões que houve sobre aumento de salário, recomposições, de tudo isso. Participei junto, aqui e tal. Não dá para culpar o funcionário público dos problemas do Estado. O funcionário público... O Fórum Sindical não está preocupado e não é responsável por isso.

Eu tenho certeza, e nunca ninguém falou, que nunca algum representante do Fórum Sindical se sentou com algum integrante do Governo passado e ofereceu propina para ter aumento de salário. Vocês apresentaram dados, apresentaram estudos, apresentaram ao Governo e o Governo encaminhou à Assembleia Legislativa um aumento e a Assembleia aumentou. Se alguém cometeu erro, não foram vocês. Vocês não fizeram nada de errado! Vocês lutaram pelos seus direitos e esses direitos foram atendidos.

Agora, se você for comparar o salário de Mato Grosso com o salário de outros Estados, você verá que há uma defasagem favorável a Mato Grosso. Por exemplo, na área da educação o Governador recebeu em 2015 e de 2015 até agora o governador deu, o Governo deu 40% de aumento para a área da educação enquanto que a inflação foi...

Foi quanto Sr. Jandir? O quê? Onze, 12%? Esteve em 40% e, ainda, continuará dando aumento até 2022.

(PARTICIPANTE DIALOGA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AVALONE - Não! Não! Não! Eu não estou falando isso! Estou dizendo que foi isso que aconteceu! Eu estou contando o fato, mas a interpretação que cada um faça. Eu estou dizendo que vocês não são culpados e estou dizendo o que aconteceu! Só isso! A interpretação cada um fará.

Você subiu lá e deu a sua interpretação sobre os incentivos fiscais e eu não fiquei chateado.

É verdade! Você falou! Você falou até de raposa em galinheiro, mas, tudo bem. É a sua opinião e eu respeito a sua opinião.

Como Parlamentar que fui e que quero continuar sendo, uma coisa que aprendi a fazer é respeitar a opinião dos outros. E eu respeito a sua. Certo!

Mas foi isso que aconteceu! Só que o Governador quando recebeu a educação ela era a 26ª do País. O salário do professor de Mato Grosso é o 2º melhor do País e será o 1º em 2022. Hoje, a educação de Mato Grosso nesses 3 anos já está em 20º. O Governador pretende entregar em 15º. É o mesmo professor; é o mesmo salário; é a mesma coisa. Então, uma política junta, feita pelo Fórum Sindical, pela área do SINTEP com o Governo, consegue dar um resultado melhor e está dando agora. Então, é isso que eu estou dizendo.

Agora, nós temos que entender: isso foi bom? Isso foi ruim? A culpa é do Estado por estar assim? Não sei! É a sociedade que terá que verificar. Precisa de mais professor? Precisa! O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Governador abriu concurso para professor para tirar os que não são... Como chamam? Como? Interinos! E foi determinação, inclusive, do Ministério Público que pediu. Falou: “Tem muito interino.”. Abriu concurso e vai fazer para dar mais condições ao Sindicato.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AVALONE - Exatamente!

Quer dizer, essas informações têm que ficar claras à sociedade. A sociedade tem que entender o que está acontecendo e ela vai avaliar se está certo ou se está errado. Ela que vai votar em nós, que vai aprovar. Vai fazer tudo!

Então, o que nós temos que passar é isso que eu tentei fazer aqui: passar os dados, ser transparentes, admitir erros, admitir equívocos. Eu não estou falando que vocês cometeram. Eu disse que vocês não cometeram equívoco. O Fórum Sindical não cometeu equívoco, alguém pode ter cometido. Esse alguém é a sociedade que vai dizer se ele cometeu ou não. A sociedade pode dizer: “Está tudo certo!”.

Por exemplo, eu não consigo entender, mas deve ter um motivo, certo, por que o Governador Pedro Taques tem tanta reação do Fórum Sindical. Eu não consigo entender. Por quê? Porque o único Estado que pagou a RGA, mesmo parcelada, foi Mato Grosso e mais um ou dois. Não voltou atrás em nenhuma lei, e nem poderia, dado pelo Governo passado. Manteve todas! Se pergunta à sociedade, o cara fala: “A maior reação contra o Governo Pedro Taques está nos funcionários públicos.”.

O Sr. João Sanches (FALA FORA DO MICROFONE) - O senhor quer resposta?

O SR. CARLOS AVALONE – Quero! Vocês terão a oportunidade de falar mais. Não está acabando a Audiência Pública.

Você veja bem, foi erro político? Pode ser! Foi erro de comunicação? Poder ser! Foi erro de relacionamento? Pode ser! Foi tudo isso junto? Pode ser! Provavelmente até foi, mas o resultado é esse. O resultado é esse!

Então, são coisas que temos que ir pontuando, porque é a sociedade quem tem que resolver. Não adianta querermos... Não adianta eu vir aqui e falar: o Governo Pedro Taques é o melhor do mundo; o Governo Pedro Taques fez tudo certo. Não! Vamos dar os números, os números reais. Vocês estão dando; eu estou dando e a sociedade vai discuti-los. São vocês que votarão. Nós, todos juntos, que faremos a votação, no momento certo, avaliar, aprovar ou rejeitar. Isso é um fato!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Estou doído para ouvir uma voz feminina, em que pese ter mais homens na plateia do que mulher.

Vamos ouvir a Sr^a Margareth Buzetti, Presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial.

A SR^a MARGARETH GETTERT BUZETTI - Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui!

Cumprimento, em nome do Secretário Carlos Avalone e do Deputado Zé Domingos Fraga, todas as autoridades e todos os presentes.

João, aqui tem mais uma raposa que vai defender o galinheiro. Eu sou empresária, sou Presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial e faço um convite a todos os componentes da mesa e a todos que estão aqui para irem ao Distrito Industrial conhecer uma indústria e saber como ela funciona. Eu desafio qualquer um de vocês a empreender neste Estado sem incentivo fiscal e ter sucesso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Pessoal, sem incentivo é impossível ter indústria que traga o seu produto de fora, todo ele, produza aqui no Mato Grosso e leve de volta 80%, 90% da sua produção para os mercados consumidores. Só a logística já tira quase todo esse incentivo que nós temos. Temos três grandes gargalos: a logística, carga tributária e a sua burocracia ou renda e mercado consumidor.

Eu quero fazer um convite principalmente ao Deputado Zé Domingos Fraga: vamos ao Distrito Industrial! Eu cito três indústrias que não precisamos falar o nome aqui, mas que empregam trezentas, quatrocentas pessoas e cento e setenta pessoas, trabalhadores.

Eu falo, João, se não trabalharmos do mesmo lado, se nós não estivermos juntos nessa luta não vamos a lugar nenhum. Nós não podemos ficar um contra o outro. Eu acho que essa é uma fórmula que não está dando certo, não deu certo e vamos ter que mudar esse pensamento.

Mas eu quero parabenizá-lo, Secretário, pela apresentação.

Eu falo aqui de outra questão que é da renúncia que essas empresas fazem quando trazem o seu produto de fora. Eu estava questionando aqui o colega da SEFAZ, ninguém fala qual é o valor dessa renúncia que as indústrias fazem do produto de entrada. Então, esse cálculo não é bem assim, não é 90% que a empresa tem. Se ela renuncia todo o seu crédito de entrada e o seu crédito é 30%, ela não tem 90% de incentivo.

Secretário, parabéns pela apresentação! A transparência é necessária para que todos nós tenhamos confiança no processo. Ele precisa existir. Então, não é uma pergunta, é uma afirmação que eu estou fazendo aqui.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, dona Margareth. Se a senhora é candidata eu não sei, mas que leva jeito, leva. Não é, Carlos Avalone?

Quer falar alguma coisa, Secretário?

O SR. CARLOS AVALONE – Para não ficar dúvida para o João do que eu estava tentando colocar, eu vou dar exemplo ao contrário agora, João. Eu vou dar um exemplo contrário

Eu vi num depoimento do Secretário de Segurança, Gustavo Garcia, que é carioca, está aqui há algum tempo, hoje é Secretário de Segurança, alguém perguntar, numa reunião nossa de Secretariado, qual era a diferença da força policial daqui para o Rio de Janeiro. Ele falou assim: “olha, eu sai do Rio de Janeiro, eu era Policial Militar lá no Rio, vim para cá, sou policial civil aqui e sou Delegado. Aqui é a autoestima”. Aqui em Mato Grosso estamos com uma autoestima muito grande, porque recebemos bem, ganhamos bem, somos valorizados. O que se comprou aqui de equipamentos para polícia, carros, viaturas, nós nos sentimos valorizados. Então, estamos vendo resultado, tem um crime, três dias depois, dois dias depois está resolvido, pega o ladrão, pega tudo e tal.

Isso é uma demonstração de quê? Do funcionário que recebe bem, recebe dignamente, presta um serviço melhor, não só por causa do salário, mas por causa do reconhecimento, da dignidade que é dada a esse trabalhador. Então, eu jamais sou contra o professor de Mato Grosso ser o que recebe melhor ou o segundo que recebe melhor, e o policial civil e o militar também. Isso é muito bom que seja, mas a sociedade tem que saber disso. Não pode achar que se todo mundo está reclamando tanto, então recebe mal, ganha pouco, não recebe o suficiente. Não. Recebe bem, recebe tal e está reivindicando mais, está reivindicando suas coisas.

Então, só dá transparência aos números para a sociedade, tanto dos incentivos quanto do salário, em que posição está. É isso que precisamos fazer, porque quem decide é a sociedade, não somos nós. Nós estamos aqui representantes dela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Tem alguém da plateia que está doido para falar e vai sair coisa boa aí.

Com a palavra, o Sr. Francisco de Almeida, Presidente do Porto Seco, que dispõe de três minutos.

O SR. FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA - Bom, já é quase boa tarde, senhores, e vou ser bastante breve. É nosso costume, empresário não tem tempo para ficar muito oba-oba.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Secretário Carlos Avalone, ao Deputado Zé Domingos Fraga e a Assembleia Legislativa a oportunidade de estarmos discutindo um assunto importante e, mais ainda, a oportunidade de estarmos desmistificando um assunto que precisa ser desmistificado.

Eu gostaria de fazer uma colocação que exemplifica bem isso daí, num trabalho que a professora Rosângela fez e está de parabéns: Mato Grosso representa em incentivos fiscais, perante a nação, a média da nação. Só que isso não tem muita importância para os habitantes e para a sociedade mato-grossense. Importa-nos, sim, como se comportam os Estados do Centro-Oeste que estão distantes dos Portos Molhados, que tem uma dificuldade de logística muito grande e nós temos um arremedo de ferrovia; temos arremedos de rodovias; temos uma dificuldade muito grande de transporte e, no entanto, o Estado de Mato Grosso tem menos da metade dos incentivos fiscais de Goiás e, quase isso também, dos incentivos fiscais de Mato Grosso do Sul, Estados que estão mais pertos dos centros mais populosos.

Então, o que eu quero que vocês entendam é que sem essa logística que não temos e sem os incentivos fiscais - eu não gostaria nem de chamar de incentivo fiscal, porque, na verdade, não é nem muito um incentivo fiscal isso, até porque você acaba pagando 50%... Eu vou corrigir o cálculo de todo mundo, porque quando você não se utiliza dos créditos e os créditos é um direito constitucional de todo cidadão, você não pode se utilizar dos créditos dentro do programa nosso. Ninguém tem aqui incentivo de 100%. Aqui nós temos incentivos, no caso da cerveja, de 60% do ICMS.

Eu vou até corrigir Neurilan que fez uma confusão, meu amigo Neurilan, com relação ao incentivo da cerveja, que estavam aumentando o incentivo. Não. Pelo contrário, uma das cervejarias que tinha um incentivo maior foi reduzida para dar isonomia. Isonomia é importante que os empresários tenham, porque, senão, você tem dificuldade de concorrência.

E essa isonomia eu gostaria de ter, Sr. Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga, com relação aos outros Estados do Centro-Oeste.

Olha o exemplo de Goiás! Olha o desenvolvimento que Goiás tem! Olha o emprego e renda que gerou, enquanto nós aqui ficamos discutindo abobrinha.

Eu gostaria que todos pensassem efetivamente que temos que discutir seriamente, que a Secretaria de Fazenda deveria ter feito, deve fazer, e tenho insistido nisso, uma engenharia tributária que consiga arrecadar, e dever arrecadar porque o Estado precisa sobreviver, afinal de contas nós temos o pessoal do SINTEP cobrando cada vez mais salários, o nosso amigo do SINTEP, que também merecem participar da bonança do Estado, sem criticar a Lei Kandir, que é uma lei que, graças a Deus, beneficia o Estado de Mato Grosso, mas tenho feito uma pergunta, e a fiz ao Governador, perguntei se ele conhece alguma atividade no Estado de Mato Grosso que ele possa se orgulhar como nos orgulhamos do desenvolvimento da agropecuária do Estado.

Eu gostaria que alguém me respondesse isso, se tem alguma outra atividade da qual possamos ter o orgulho que temos da agropecuária do Estado, que é pujante, é reconhecida

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

mundialmente, não só nacionalmente, e eu não vejo, infelizmente, e gostaria que tivéssemos, outras atividades que ombreassem com a agropecuária - e não sou pecuarista e nem agricultor, vejam bem, sou da área da indústria e da prestação de serviços.

Então, eu gostaria que isso fosse repensado.

Então, eu gostaria de saber se tem alguém que conheça alguma atividade que seja tão importante como a agricultura de Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Eu passo a palavra ao Secretário Carlos Avalone, quem sabe ele conhece, porque eu não conheço.

O SR. CARLOS AVALONE – Logicamente, eu entendi bem, na área econômica, não estamos falando de outras áreas, estamos falando da área econômica, senão pode ser mal entendido.

Eu coloquei ali, Francisco, a comparação com os outros Estados do Centro-Oeste. Na realidade, Mato Grosso do Sul é 2,2% do PIB; Goiás é 4,7% e Mato Grosso é 1,3%. Quer dizer, estamos bem abaixo dos outros e eu não estou achando que Mato Grosso... Até porque este ano o Tribunal de Contas de Goiás determinou que ele tirasse 10% dos incentivos fiscais porque está tendo um outro problema por causa do excesso do incentivo no entendimento do Tribunal de Contas de lá.

Então, o incentivo fiscal é uma coisa que tem que ser estudada por todos, por todos os segmentos, pelos fóruns sindicais, por nós, e tal.

É um assunto complexo, não é um assunto simples, é um assunto muito bom, o incentivo fiscal é necessário, mas, logicamente que o incentivo correto, eficiente, sério, honesto, transparente. Então, temos que continuar estudando e melhorando, dentro do que pode e tal, mas se não tivermos esses incentivos realmente a coisa não vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado, Secretário.

Convido o Jandir Milan, para que em três minutos, acredito que será suficiente, se não for poderemos ampliar um pouquinho, mas que seja objetivo; logo em seguida temos o Wagner e teremos o último orador, que fará um questionamento, que é o João José de Barros.

O SR. JANDIR MILAN – Bom dia, Deputado Zé Domingos Fraga, Secretário Carlos Avalone, o Neurilan Fraga não está mais.

Bom dia a todas as pessoas que estão presentes, Margareth Buzetti, representando a AEDIC, Maurício Munhoz, economista da AMM.

Eu acho que está em nossas mãos o discurso do João, se queremos um Estado industrial ou um Estado agrícola.

Qualquer um, nem precisa ser o Maurício, que é economista, para saber que o Estado industrial é muito melhor do que o Estado agrícola.

Então, o barco, João, é o mesmo. O barco que navega sua universidade, o SINTEP, é o mesmo da indústria do Mato Grosso. Temos que remar para frente.

Nós no Mato Grosso temos muitas dificuldades, e os economistas estão aí, a professora, o Maurício, e você não monta nada, nenhuma banca de jornal, sem fazer um plano de negócio.

Quando se vai fazer um plano de negócio para uma empresa se instalar em Mato Grosso, ela tem que levar em consideração tudo. Exemplo: frete, que é um absurdo no Mato Grosso; energia, que só perde para a do Rio de Janeiro - tem 38% de ICMS em cima da energia que nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

abdicamos por adotar o incentivo fiscal; comunicação, a mesma coisa; combustível, um dos mais caros do Brasil. Então, tudo isso tem que fazer no seu plano de negócio. Quando você vai...

Por isso que a pergunta é: quem chegou a Mato Grosso de 2014 para cá? Praticamente ninguém! O plano não fecha. O nosso incentivo é muito ruim perto de Goiás, é muito ruim perto de Mato Grosso do Sul, muito ruim perto do que São Paulo dá e Minas Gerais.

O concorrente da minha empresa fica em uma cidade chamada Cambuí, em Minas Gerais, que está há 150 quilômetros de São Paulo - imagina o mercado que ele tem - e a 500 quilômetros de Belo Horizonte.

Quer dizer, a facilidade que ele tem de rodovias, com energia mais barata, qualificação de mão de obra, apesar de que nós do SENAI estamos a cada dia mais aumentando os SENAIs, só este ano são oito SENAIs inaugurados em Mato Grosso, inaugurado dois e mais seis ainda este ano, para tentar qualificar a mão de obra. Eles têm facilidade.

A mão de obra lá, o avô do cara já era metalúrgico, o pai do cara era metalúrgico e o cara é metalúrgico também. Nós aqui não. Nós não temos essa escala gente profissional. O SENAI está tentando fazer, mas não é tão fácil.

Então, eu entendo, Sr. João e pessoal do SINTEP, que o barco é o mesmo, nós temos que remar. Se não remarmos para frente, daqui há algum tempo não vai ter nem RGA, nem salário para receber. Se este Estado é agrícola, não, o Estado tem que ser industrial.

Hoje em Mato Grosso a arrecadação, se puxar um extrato do SEFAZ, 39% é a indústria que recolhe o ICMS do Estado, apesar de ter incentivo Fiscal.

Outra situação, eu ouvi o Sr. Mauricio contestando o professor sobre arrecadação indireta.

Arrecadação indireta tem que ser levada em consideração, Mauricio.

Vou te dar outro exemplo, que talvez o professor não tenha falado. Existe outra arrecadação que o senhor não levou em consideração, que é do imposto de renda e do IPI.

Vai se dizer: o que o Estado tem a ver com isso? Tem a ver, e muito, porque quando uma empresa recolhe IPI e imposto de renda, esse dinheiro vai para União, que a União repassa como FPE, com 21,5% para o Estado.

As empresas... A indústria moveleira de madeira paga 5% IPI, a de aço paga 10%, a média é entre 5% e 10%. Por isso temos que incentivar as indústrias para virem para cá, porque irão recolher, além de ICMS, IPI também. Isso é o reflexo da arrecadação indireta, que não entra para o Estado, mas tem que levar em consideração, porque depois retorna. Tudo bem, retorna só $\frac{1}{5}$, que é 21,5%, mas retorna. Entendeu?

Acho importante levarmos em consideração isso.

Eu vejo o seguinte quanto à agressividade dos incentivos. O Secretário Avalone falou do valor do percentual.

Em Goiás a indústria cresceu muito mais. O meu colega Presidente da Federação da Indústria de Goiás está feliz da vida. Por quê? Porque muitas indústrias foram para lá. E eu estou tristonho aqui. Cadê as indústrias que viriam para cá? O plano de negócio não fecha. Quer dizer, temos apoiar o incentivo, senão, não virá ninguém para cá.

Vamos estar plantando soja, milho e outras coisas mais só. Não vai ter industrialização.

Vou explicar porque isso, porque é muito mais fácil se levar um caminhão de milho, uma carreta, para São Paulo, transformá-la em ração, do que pegar essa carreta de milho e transformá-la em ração em Mato Grosso, que vão dar três carretas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Então, o meu concorrente que está em Goiás paga para distribuir o produto dele para o Brasil inteiro 3% de frete, nós pagamos 10% em Mato Grosso. Por quê? Porque temos uma demanda muito grande de frete para o Sul e Sudeste e o concorrente de lá trás praticamente de graça, o frete de lá para cá é praticamente o combustível.

Estamos com um problema sério.

Quer dizer, vai resolver quando? Com incentivos fiscais melhores, e acredito que não é com esse que vai industrializar o Estado.

Agora não. No dia 21 foram colocados todos os incentivos fiscais do CONFAZ e o Estado do Mato Grosso pode aderir algum incentivo no Centro-Oeste. Então, temos que ficar atentos quanto a o que Goiás tem de bom, o que Mato Grosso do Sul tem de bom e Mato Grosso pode adotar o incentivo fiscal desses outros Estados.

Essa foi a norma definida no dia 21 - não foi Sr. Lombardi? -, que foi apresentada. O Estado do Mato Grosso apresentou todos os incentivos que tem no Estado para poder ter um banco de dados para quem quiser aderir.

Deixa-me ver se tem mais alguma coisa aqui.

Seria praticamente isso.

Entendo que temos que incentivar as empresas para virem para cá. Ninguém consegue vir para Mato Grosso se não houver incentivo.

A Sr^a Margareth falou que o incentivo quase não paga o frete. Não paga o frete, porque quando a minha fábrica gasta energia eu pago 37% de ICMS que eu abduco na hora.

Toda matéria-prima que eu compro de São Paulo ou de qualquer outro lugar, mesmo de Mato Grosso, nós abrimos mãos dessas coisas. Então, o meu incentivo não é 90%, o meu incentivo fica ao redor de 3% a 4%, porque eu abduco tudo o que vem para o Estado. Essa conta não se faz.

Obrigado a todos. Entendo que todos temos que trabalhar no intuito de trazer empresas para Mato Grosso e não expulsar as empresas de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado Jandir Milan.

Vou pedir para o Sr. Avalone responder no final, até para ouvirmos o Wagner e depois vamos ouvir Sr. José João.

Com a palavra, o Sr. Antônio Wagner.

O SR. ANTONIO WAGNER OLIVEIRA - Nada que em uma hora e meia não conseguimos falar aqui, Deputado.

Bom dia a todos e todas.

Gostaria de cumprimentar a mesa de autoridades em nome da agradável figura da Sr^a Margareth, nome inclusive da minha digníssima rainha mãe.

Cumprimento a plateia também, o plenário, em nome do meu companheiro Zé Lucas, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores e Movimentação de Mercadoria, nosso representante da Central de Sindicatos Brasileiros de Mato Grosso do Sul veio aqui para nos encontrar, e também a minha Presidente da Central de Sindicatos Brasileiros de Mato Grosso, Diane Dias, uma grande liderança feminina, reflexo do empoderamento da mulher na política.

Senhoras e senhores é um assunto que nós, Fórum Sindical, estamos tratando, acerca de três anos, e talvez nós esperássemos um pouco mais dessa audiência pública, Deputado.

Estranha-me, em princípio, nós não termos aqui, pelo menos 20 Deputados presentes, afinal de contas, quando da negociação da recomposição geral anual, o agronegócio trouxe a bancada de 20 Deputados e disse: essa é a bancada do agronegócio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Eu queria que os 20 Deputados estivessem presentes para se identificarem para a sociedade de Mato Grosso, quem são os representantes do povo que só apoiam pequenos grupos beneficiários de incentivos. E aqui, senhores e senhoras empresários, eu não sou contra os incentivos fiscais, nós não somos contra incentivos fiscais, o que nós somos contra é essa nebulosidade que permeia a discussão desse tema que renuncia ano a ano bilhões de receita de dinheiro público.

Geram empregos; 45 mil empregos gerados em 2017, 45 mil?

Se nós pegarmos 3,5 bilhões e dividir por 45 mil, nós estamos pagando a folha de 45 mil empregos novos. Indiretamente, é óbvio que nós vamos somar no total de empregabilidade é um pouco maior.

Mas, desses 45 mil, quantos foram gerados diretamente pelo agronegócio que é o maior beneficiário, digamos que de 80, 70% desses incentivos? Por isso faltou aqui que eles ficassem bem discriminados por setor igual nós temos aqui na LDO.

Eu tenho um *Power Point* aqui, não é igual o da Dallagnol, mas, eu tenho convicção que ele também pode ser levado em conta porque é o do Governo e é da LDO. Então nós temos aqui; o setor de comunicação arrecadou 500 milhões de ICMS, o setor de comunicações não vende no mercado publicidade mais de 20 bilhões para gerar 500 milhões de ICMS.

Um bilhão de ICMS foi gerado pelo varejo; veículos 500 milhões de reais; soja 352 milhões mesmo vendendo 40 bilhões no mercado interno que é tributado. Aí não vamos discutir a Lei Kandir, porque aí são outros 40 bilhões com uma tributação e um retorno para o Estado de Mato Grosso pífio, de cerca de 20 a 30 milhões/mês.

Isso é um absurdo! Se a tia lá da Feira do Porto vendesse 40 milhões, 40 bilhões de coxinha, ela estaria gerando mais imposto direto para o Estado de Mato Grosso do que toda cadeia da soja!

O servidor público tem descontado em folha de pagamento o seu imposto de renda que gera por ano de receita para o Estado de Mato Grosso, mais de 1 bilhão e 66 milhões de reais. Mas a pecuária só gera de imposto direto, 400 milhões. Por que os incentivos fiscais são tão sigilosos a ponto de nem o Tribunal de Contas ter acesso a eles? A quem? Como? E Quanto? São três perguntas básicas: Quem? Como? E quanto cada empresa tem de incentivos fiscais?

Na minha carreira de analista da Secretaria de Fazenda, inclusive, ali dentro da SEDEC devem ter muitos técnicos altamente qualificados da minha categoria no Estado, esses números não são reais. Três bilhões e meio de incentivos não é número real.

Eu não posso saber exatamente o quanto uma empresa deixou de recolher para o Estado exatamente, isso são os meus técnicos que falam, os técnicos da área meio do Poder Executivo. Eles alegam que esse número pode aproximar-se de sete bilhões de reais, se fossemos mensurar na ponta do lápis. Mas, tudo bem.

Eu vi também os incentivos sendo comparado com outros Estados, Rio de Janeiro por exemplo. Grande exemplo para compararmos um Estado que tem 500 bilhões de reais, quase meio trilhão de reais de incentivos fiscais, está completamente quebrado, que não paga sequer os seus aposentados. Eu acho que não é um Estado a se fazer comparações. Não é referência.

Outro ponto, é que a cesta básica foi desonerada, mas alguém viu diminuir o valor da cesta básica? O arroz lá em Primavera do Leste, não irei citar nomes aqui para evitar problemas jurídicos, mas um arroz produzido em Primavera do Leste com incentivo fiscal, comparando-se com o arroz que vem lá de São Paulo, pagamos cinco centavos a menos apenas de diferença nesse arroz que tem incentivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

A carne agora teve uma redução também da sua alíquota, ninguém viu reduzir o valor da carne! Então, nós temos também que garantir que muitos desses produtos incentivados fossem vendidos no nosso mercado interno para os nossos consumidores sentirem que eles servem, para que nós povo possamos consumir produtos com mais qualidade e mais baratos. O que não vemos também.

Também os incentivos no Governo passado, no anterior e no anterior. Mas, dos 24 Deputados quantos estavam na legislatura anterior? Pelo menos 16, entre esposas e maridos e as conhecidas oligarquias políticas que perpetuam no Poder, 16 são do Governo passado e estão neste Governo, 16 aprovaram os incentivos, muitos dos quais fraudulentos. E a metodologia da nebulosidade nos preocupa muito, porque muitas das empresas que tiveram incentivos concedidos delataram que foram agraciadas com esses benefícios, porque pagaram propinas. Muito da CPI da Sonegação, se fizer um cruzamento de dados de quem tem incentivos fiscais, nós vamos encontrar esses dados, está aqui o colega do SINFAT, agora Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso – SINDIFISCO mudaram o nome, mas tudo bem.

Nós temos de ICMS um bilhão, 44 milhões para o Governo da energia, mais dois bilhões e 200 milhões de combustível. Por mais que todas as cadeias produtivas consumam energia e consumam combustíveis, não é suficiente para gerar mais recurso de ICMS do que nós, povo, população.

Gastamos de energia de combustível em nossos lares, em nossas residências, com os nossos carrinhos populares, que pagamos 20% de ICMS para comprá-los na empresa.

Mas vai lá comprar um maquinário de um milhão de reais, vai pagar 3%. É justo ao mês? Se eu tivesse sentido reflexo disso na empregabilidade. Mas não é a realidade. Os números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA comprovam que não é o setor do agronegócio que gera emprego no meu Estado.

Existem bolsões de riquezas, sim. Mas somente vinte, vinte e cinco grandes municípios muito ricos, porque toda riqueza gerada gira somente naqueles municípios. Porque se eles viessem para o bolo tributário seria distribuído para todos os setores carentes de recursos no nosso Estado, inclusive para a nossa folha de pagamento. Olha a nossa folha de pagamento em discussão novamente.

Eu quero parabenizar aqui o Maurício Munhoz e para quem não conhece ele fez uma intervenção interessante. Ele é só simplesmente o ganhador do Prêmio Celso Furtado de Economia. Então, Maurício, nós estamos muito bem representados pela sua fala.

Eu quero também, só por fim entender, e aí ficam os meus questionamentos, porque tem pouco incentivo para a agricultura familiar, ao setor de energia solar, ao consumo de energia e água. Eu concordo com quem falou que nós precisamos incentivar, sim, a energia, a água, que pagamos, mas para que ela barateie para os nossos bolsos que já estão carentes de recursos. Por que também não se incentiva o óleo diesel das empresas de ônibus, quem usa ônibus é o povo, é a população, são eles mais do que nós que temos um carinho, conseguimos nos locomover...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Mais um minuto para Vossa Excelência encerrar.

O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA – E também faço aqui uma proposta e um desafio para que a SEDEC coloque representante do Fórum Sindical ou profissionais contratados por nós para estarem nesse grupo de acompanhamento e também faço outro desafio para que o CONDES tenha um representante dos movimentos sociais também, por que só o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

segmento empresarial? Será que nós, povo, sociedade, não temos interesses na discussão para onde vai ou deixa de ir os nossos tributos, acho que temos.

Sem mais gente, muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Antônio Wagner de Oliveira.

Passo a palavra ao Secretário, porque os questionamentos dele foram bem sintetizados, então Vossa Excelência tem três minutos para responder.

O SR. CARLOS AVALONE – Olha, eu acho que a maior ênfase foi dada pelo Wagner, muito mais do que os Deputados aqui presentes, que não falaram com ênfase que nem ele. Parabéns pela ênfase colocada.

Agora, óleo diesel de ônibus tem incentivo. Energia solar tem incentivo, Mato Grosso é um dos melhores do Brasil. Então, há um pouco de desinformação na sua fala que precisa ser colocada. Então, não é bem isso que você está colocando.

Quando eu falei dos incentivos programáticos, Wagner, eu provo e mostro todos eles, você disse que é do setor de analistas fiscais, da área meio fiscal, e aqui temos representantes, você disse que esses incentivos que não são programáticos não estão corretos, os valores são muito maiores, eu não tenho essa afirmação para dizer que são maiores ou não, eu só tenho para dizer para você o seguinte: os que eu estou falando aqui são os programáticos, que estão sobre nossa responsabilidade, eu tenho todas as empresa e vou te mandar, empresa por empresa, você pode analisar lá e falar “não concordo”, é direito, “olha está errado isso aqui”, mas eles são dados por lei.

Você disse aqui que queria ver os Deputados que vieram aqui apoiar o agronegócio, mas cadê os vinte tantos Deputados que apoiaram os aumentos salariais para vocês, são os mesmo Deputados que você está criticando aqui, o Deputado Zé Domingos Fraga, o outro, todos eles aprovaram trinta sete aumento salariais para o segmento de vocês. Esses Deputados não valem mais nada, só vale porque estão defendendo o agronegócio... Eles não estão aqui para defender funcionário, nem para defender empresário, eles estão aqui para fazer o melhor para Mato Grosso e, quando eles falam do agronegócio, estão falando do segmento que mais aparece em Mato Grosso, e eu não vou nem falar que é mais importante, mais bonito, nem que é o mais eficiente, mas é o que mais destaca Mato Grosso no mundo!

Quer dizer, gente, não adianta falarmos só com ênfase, nós temos que dar todas as informações, eu preciso falar que, quando o Governador Pedro Taques entrou, o volume de salário que tinha no Estado era de seis bilhões e meio e que hoje é de dez bilhões e setecentos milhões de reais na próxima LDO.

E por que eu não fico ofendido quando vocês falam do incentivo que aumentou para três bilhões e seiscentos milhões de reais e vocês ficam ofendidos quando eu falo de salário? Não tem por que ficar! O salário é normal, vocês o merecem, e eu disse aqui: nós temos o setor de educação com excelente salário e respeitado. Nós temos o setor de segurança que adora o salário que tem, mas também dá resultado para a população. E nós queremos pagar os melhores salários do Brasil para todos os segmentos. Não é só para esse, para todos!

(O SR. ANTÔNIO WAGNER DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AVALONE – Agora, os mesmos Deputados que estiveram aqui apoiando o setor do agro, como o senhor colocou, são os mesmos que apoiaram os salários. Os mesmos! Se eles não são bons de um lado, não são bons de outro. Mas não tem problema...

O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA – Nós precisamos colocar pelo menos trinta mil nas ruas para que pelo menos...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

O SR. CARLOS AVALONE – Ok! Ótimo...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER CONTINUA DIALOGANDO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AVALONE – Wagner, vocês são competentes. E do mesmo jeito que o senhor colocou trinta mil pessoas, eles colocaram não sei quantos aqui, que o senhor falou. É assim que funciona a sociedade, é por representatividade, é por organização. Fórum Sindical é organizado, trabalha coerentemente e tem resultados bons. O agronegócio é organizado, é competente, tem resultado bom. Nós, eu e o Sr. Jandir, somos lutadores da indústria, mas temos que nos organizar mais para termos o mesmo reconhecimento, porque senão não tem o mesmo reconhecimento.

Então, Sr. Wagner, esses posicionamentos são importantes para colocarmos, porque a sociedade tem que ter todos os números, ela não pode ter só a metade dos números. Então, está colocado aqui, vamos levantar o total dos incentivos, Sr. Wagner, vamos ajudar a Secretaria de Fazenda, logo que você acha que não... Vamos ajudar, porque vocês são funcionários públicos...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER CONTINUA DIALOGANDO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARLOS AVALONE – Não, eu não estou pedindo desafio. Eu não estou pedindo desafio. Eu não estou pedindo, mas você pode pedir, não tem problema nenhum. Eu estou falando o seguinte: vocês fazem parte, os funcionários da SEFAZ fazem parte do seu Fórum. Vamos juntos ajudar a levantar caso você entenda que não seja os números corretos. Vamos levantar, porque temos que dar transparência. Transparência. Eu sou a favor da transparência de todos esses dados! Nós não precisamos esconder dado nenhum.

Então, eu acho importante colocarmos, informarmos que todos os dados estão sendo colocados para todo mundo. Não tem problema nenhum em colocar os dados à disposição de vocês, e vou mandar para o Fórum essa mesma apresentação agregada a tudo que vocês, João e Wagner, me pediram.

Vocês vão receber tudo isso, vão criticar e vão nos ajudar a melhorar. E aceito o pedido do João, é até pretensão falar aceito, mas aceito para estarem no grupo. Será um prazer para mim ter vocês no grupo. Vocês não sabem o quanto eu gosto de debater esse assunto, de quanto eu respeito a opinião de vocês e de todos para debater.

Eu adoro. Eu estudo incentivo fiscal há mais de vinte anos e conheço pouco, porque é um problema de difícil entendimento. Não é fácil. Por isso que entendo as reações, porque é difícil entender. Eu estou tentando entender, estudando para tentar entender. Então, a colaboração de vocês é muito importante. Eu aceito e vou colocar na proposta que vou deixar pronta, se o Governador assinar, ótimo. Se não precisar do Governador e puder fazer pela Assembleia Legislativa também seria da mesma forma importante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Carlos Avalone.

Antes de passar a palavra ao João José de Barros, eu queria dizer ao Wagner que de fato 16 Deputados que estão nesta legislatura aprovaram algumas leis setoriais na Legislatura passada, mas aprovaram leis que infelizmente... Se houve algum benefício dado a um determinado segmento em detrimento de outros, e que levaram vantagens, isso não tem nada a ver com a Casa.

Da mesma forma, a Dayane sabe que nós, 16 Deputados, me incluo nesse contexto, aprovamos leis, de regime de urgência, que vinham de várias categorias, principalmente no apagar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

das luzes, sem impacto financeiro, não tinham impacto financeiro, tinham outras até com progressão sem interstício, e que infelizmente até hoje não foram questionadas.

Nós também as aprovamos, até porque nós quando se tratava de valorizar os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, independente se era Poder Executivo ou os demais Poderes, nunca houve um Deputado que levantou a voz e que viesse votar contra, Wagner. Todos nós somos favoráveis.

A Dayane está aí e é testemunha disso, eu sempre defendia, até porque eu sou também servidor público, a vida toda trabalhei no serviço público, agora não pode trazer essa pecha, se houve mau direcionamento dos incentivos fiscais no passado, a Casa... A Casa tem muitos erros, a prova disso é que eu não sou mais candidato, mas não pode também trazer essa pecha aos Deputados, que sempre contribuíram com todo o segmento da economia e também contribuiu com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso e vamos continuar contribuindo enquanto estivermos nesta Casa.

Vamos ouvir o Sr. João José de Barros, Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais.

O SR. JOÃO JOSÉ DE BARROS - Pelo adiantado da hora, eu acho que é boa tarde a todos!

Eu gostaria de iniciar fazendo um reconhecimento da importância do incentivo fiscal como política de desenvolvimento do Estado, porém eu acredito que temos que avançar na questão da transparência desses benefícios. Hoje identificamos aqui diversos dados que nos foram apresentados de forma consolidada. Então, eu acredito que nós temos que abrir esses dados. Só que para fazer isso, nós esbarramos em uma situação que é a questão do sigilo fiscal.

Como servidor fiscal de tributos do Estado, conheço bem essa situação. Muitas vezes, nós nos deparamos com pedidos, solicitações da própria SEDEC, Ministério Público e outros órgãos de controle, que nos solicitam informações que, em função do sigilo, não podemos repassar. Hoje, nós temos uma oportunidade de avançar nessa questão de transparência.

No Congresso Nacional, nós temos um projeto de Lei Complementar, PLP 280/2016, que acrescenta mais uma exceção à questão do sigilo fiscal. Ele cria o inciso IV ao §3º do art. 198 do CTN, Código Tributário Nacional e inclui uma exceção que diz o seguinte: “Não é vedada a divulgação de informações relativas a incentivo ou benefício de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.”

Então, eu acredito que é uma oportunidade de avançarmos nessa questão de transparência. Eu acho que podemos nos organizar no sentido de fazer avançar esse projeto de lei, porque com a transparência, isso é uma oportunidade de darmos mais legitimidade à concessão desses benefícios que são concedidos no nosso Estado.

Essa é mais uma sugestão de encaminhamento.

Gostaria de fazer um questionamento ao nosso Secretário Avalone. Hoje, no momento da concessão dos benefícios fiscais, nós temos um teto do benefício? Se temos, qual o critério? Por exemplo: na antiga SUDENE, nós tínhamos lá um teto na concessão do benefício que era o investimento realizado. Então, pelo volume de aporte do investimento seria o teto, o teto para esse benefício. Então, nós temos isso aí no Estado hoje?

O SR. CARLOS AVALONE - Na realidade não tem, ok? Esse é o problema do PRODEIC. Por isso que eu falei que sou crítico a ele, certo? Quando eu deixei a Secretaria, nós tínhamos o PRODEI. O PRODEI era limitado ao investimento, e as cadeias produtivas eram tratadas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

de forma diferente, e por que isso? Porque quando nós tratamos de cadeia produtiva, nós tratamos daquilo que nós somos mais fortes e daquilo que nós queremos desenvolver.

Então, a Lei Kandir é uma coisa muito questionada, cada um tem uma opinião sobre isso, inclusive economistas têm opiniões diversas sobre isso, mas, se nós industrializarmos aqui, acabou o problema, porque o produto fica aqui dentro e gera o ICMS. Então, se nós pegarmos o nosso milho e fizermos uma cadeia produtiva em cima do milho, ninguém seria contra, então nós poderíamos jogar o imposto lá embaixo, porque construiríamos aqui indústrias para ração e de uma série de coisas. Agora, o milho gerando álcool, o etanol de milho... Só enquanto eu estive aqui, que foi pouco tempo, nove meses, nós aprovamos quatro indústrias que vão produzir duzentos milhões de litros de etanol por ano. Mais três anos, e Mato Grosso vai produzir um excesso para mandar para outros Estados, de quatro bilhões de litros de álcool de milho. Nós vamos ser um grande exportador de milho, isso vai gerar imposto para dentro do Estado. Então, é a cadeia produtiva, você abaixa o imposto, gera o emprego, e faz isso com o milho, faz isso com o feijão, com o arroz, com outros que nós somos fortes.

O que eu tenho falado? Às vezes os empresários não gostam do que eu falo. Eu tenho dito assim, o cara diz assim: “Você tem que dar incentivo para tudo”. Eu não sou favorável a dar incentivo para tudo, é uma opinião pessoal. Eu não acho que Mato Grosso vai ter uma indústria de automóvel, e nem acho que tem sentido. Para levar uma indústria de automóvel para a Bahia, foram dados 105% de incentivo, foi dado subsídio. Para que Mato Grosso vai fazer isso? Para que nós vamos tirar uma indústria da Bahia ou do Rio Grande do Sul para trazer para Mato Grosso. Agora, perder uma indústria de derivado de milho, de algodão, de soja, aí é incompetência nossa, é incompetência nossa!

Então, temos que trabalhar dessa forma. Respondendo, objetivamente: o PRODEIC não tem limite. O PRODEIC é em cima do que se produz, é no produto, você recebe o incentivo, e pelo produto que você tem, o resto da vida. Eu acho muito mais produtivo fazer no PRODEI. Acontece que a guerra fiscal fez com que os outros estados também dessem esse tipo de incentivo. Se mudarmos só o nosso, estamos fora do mercado. Por isso a Lei nº 160, de 07 de agosto do ano passado. A lei diz o seguinte: acaba a guerra fiscal.

Daqui para frente, nós vamos replicar os incentivos por mais um período, que vai de 10 a 15 anos, todo mundo tem que saber disso. É aquilo que eu falei, não é para brigar comigo que estou dando a informação, é para receber a informação e criticá-la. Então, eu estou dando a informação. A lei diz o seguinte: esses incentivos... O Presidente falou que nós colocamos no CONFAZ, não colocamos no CONFAZ ainda, Jandir, nós publicamos para dar publicidade para todos vocês de cada segmento para dizer se isso está errado, se está faltando alguma coisa e depois nós vamos depositar no CONFAZ. A partir do depósito do CONFAZ desses incentivos, eles têm valor. Para trás, eles nunca mais serão contestados, eles serão aceitos, reconhecidos no Brasil inteiro, todos os incentivos dados para trás.

Em junho, iremos decidir quais vão continuar. Quais vão continuar e vamos publicar novamente, vão continuar esses, aí eles vão continuar por mais 10 anos, 11 anos, 12 anos, conforme a lei. Não será uma decisão do governo e do secretário que estiver lá, que não serei eu, será uma questão legal e será colocada para frente. E depois de 10 anos acabou. Aí terminou a guerra fiscal. Se nesses 10 anos, a política nacional não investir em logística em Mato Grosso e em estados como Mato Grosso, não investir em tecnologia, não investir em qualificação, como o SENAI está fazendo, nós estamos fora do mercado. Daqui a 10 anos, será um desastre para Mato Grosso. Essa é a verdade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A CONCESSÃO DE INCENTIVOS
FISCAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, NO ÂMBITO DO ESTADO DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09H.

Agora, acham que em 10 anos irão fazer tudo isso. Maravilha se fizerem. Se investirem aqui, nos deixarem com ferrovia cruzando Mato Grosso, se colocarem rodovia, hidrovias, se colocarem tudo isso, nós não precisamos de incentivo fiscal. Nossos empresários são tão ou mais competentes do que qualquer empresário brasileiro, como vocês são, e eles darão conta do trabalho. Temos aqui uma classe de trabalhadores, tanto na indústria como pública, excepcional, mas precisamos ter condições iguais para poder dar o resultado igual.

Eu estou refazendo o PRODEI para algumas situações, sugestão inclusive da Doutora Ana Cristina, que eu vou tentar aprovar hoje à tarde no CEDEM, para que o PRODEI possa ser restituído e ser uma outra alternativa que eu gosto mais. Eu concordo com você.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário Carlos Avalone.

Como não temos mais ninguém inscrito, quero agradecer a Vossa Excelência; a Sr^a Rosane; em nome do Wagner, agradecer a todos os participantes do Fórum Sindical; em nome do Neurilan, agradecer as demais autoridades, empresários, que compuseram esta mesa; em nome do querido Professor Humberto, agradecer a presença da plateia.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública. (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.